



ISPA
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO
CIÊNCIAS PSICOLÓGICAS, SOCIAIS E DA VIDA

O FENÓMENO DO ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS:
O ABUSADOR INTRA-FAMILIAR E O EXTRA-
FAMILIAR

MARGARIDA CONSOLADO BARATA TAVARES
PASSARINHO

Orientador de Dissertação:

PROF. DOUTOR FRANCISCO PEIXOTO

Coordenador do Seminário de Dissertação:

PROF. DOUTOR FRANCISCO PEIXOTO

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de:

MESTRE EM PSICOCRIMINOLOGIA

2015

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação
de Prof. Doutor Francisco Peixoto, apresentada no ISPA –
Instituto Universitário para obtenção de grau
de Mestre em Psicocriminologia

Agradecimentos

Ao meu querido e adorado pai, pela calma e confiança que me transmitia sempre que eu estava nervosa com trabalhos, exames e relatórios. Onde quer que agora estejas, e por mais falta que me faças, a tua força e otimismo fortalecem-me e inspiram-me, e não de o fazer durante toda a minha vida.

À minha linda mãe, que me apoia em tudo.

Ao meu irmão, João, que eu adoro.

À Jéssica, obrigada pela tua grande amizade.

À minha família e amigos.

Ao meu orientador de dissertação Prof. Doutor Francisco Peixoto, pela ajuda e compreensão.

Ao meu orientador de estágio Rui Oliveira, da Equipa Lisboa Penal 5 da DGRSP, por ter contribuído bastante para que a minha experiência de estágio fosse inesquecível.

A todos os professores, desde o Ensino Básico ao Superior que, de algum modo, me marcaram.

Ao ISPA, pelas ferramentas que aqui adquiri.

A todos que, ainda que não tenha mencionado em particular, têm a minha gratidão por variadas razões.

E mais uma vez, aos meus pais.

Resumo

O presente projeto possui como objetivo principal proporcionar uma compreensão acerca do fenômeno do abuso sexual infantil, focando-se no perpetrador desse abuso. Os objetivos específicos consistem em caracterizar dois tipos de abusador sexual infantil: o intra-familiar e o extra-familiar, indicando a literatura existirem diferenças significativas entre ambos, comparando-se os grupos relativamente a vários aspectos, mas em especial no que diz respeito a experiências de abuso sexual na infância e distorções cognitivas. Primeiramente, realiza-se uma revisão da literatura no âmbito do abuso sexual infantil, bem como acerca de experiências de abuso sexual infantil e distorções cognitivas e do modo como estes fatores se relacionam com o abusador sexual infantil intra-familiar e com o extra-familiar. Posteriormente, apresenta-se a metodologia escolhida para o projeto. Esta seria qualitativa, recorrendo-se a entrevistas semi-estruturadas para recolher os dados. Os participantes seriam 30 sujeitos condenados por abuso sexual de crianças (15 intra-familiares e 15 extra-familiares) a cumprir pena em Estabelecimento Prisional. Em último lugar, são apresentados e discutidos os resultados esperados. Os principais resultados esperados seriam que os abusadores sexuais de crianças intra-familiares reportassem mais experiências de abuso sexual na infância relativamente aos extra-familiares, e que os abusadores sexuais de crianças extra-familiares demonstrassem mais distorções cognitivas do que os intra-familiares. Com a realização deste projeto, pretender-se-ia obter dados que evidenciassem as diferenças entre os dois grupos e contribuir para a investigação nacional nesta área, devido à escassez de estudos que comparam abusadores sexuais infantis intra-familiares e extra-familiares.

Palavras-chave: abuso sexual infantil; abusador intra-familiar; abusador extra-familiar; distorções cognitivas; experiências de abuso sexual infantil

Abstract

The main goal of this research project is to provide an understanding of the child sexual abuse phenomenon, focusing on its perpetrator. The specific goals are to characterize two types of child sexual abuser: the intra-familial and the extra-familiar, since the literature states that they exhibit relevant differences, comparing both groups in various aspects, but in particular regarding childhood sexual abuse experiences and cognitive distortions. Firstly, a literature review on child sexual abuse is conducted, as well as on childhood sexual abuse experiences and cognitive distortions and how those relate to the intra-familial and to the extra-familial child sexual abuser. Afterwards, the methodology selected for the project is presented. It would be a qualitative methodology, and the data would be acquired through semi-structured interviews. The participants would be 30 individuals convicted of child sexual abuse (15 intra-familial and 15 extra-familial), serving their sentence in prison. At last, the expected results are addressed and discussed. The main expected results would be that the intra-familial child sexual abusers reported more experiences of sexual abuse in their childhoods than the extra-familials, and that the extra-familial child sexual abusers had more cognitive distortions than the intra-familials. By conducting this research project, it was intended to obtain data that would highlight the differences between the two groups, thus contributing to the national research on this topic, given that studies comparing intra-familial and extra-familial child sexual abusers are scarce.

Key-words: child sexual abuse; intra-familial abuser; extra-familial abuser; cognitive distortions; childhood sexual abuse experiences

Índice

Introdução.....	1
Revisão de literatura:	4
1. Abuso sexual de crianças	4
1.1. Conceito de abuso sexual de crianças	4
1.2. Abuso sexual de crianças e pedofilia.....	5
1.3. O abuso sexual de crianças na Legislação Portuguesa.....	8
1.4. Estudos de prevalência de abuso sexual de crianças	9
2. O abusador sexual de crianças	13
2.1. Estudos Gerais	13
2.2. Tipologias	15
2.2.1. O abusador sexual intra-familiar	17
2.2.2. O abusador sexual extra-familiar	20
2.3. Experiências de abuso sexual na infância	22
2.4. Distorções cognitivas	25
Projeto de Investigação:.....	29
3. Objetivo e Problema de Investigação	29
4. Método.....	30
4.1. Participantes	30
4.2. Instrumentos	30
4.3. Procedimentos.....	32
5. Resultados esperados	34
6. Proposta de Discussão.....	35
7. Conclusão e Limitações.....	42
8. Referências.....	44
9. Anexos	54

Introdução

O abuso sexual é dos crimes mais hediondos cometidos pelo ser humano, não só pela natureza do crime, um atentado à autodeterminação sexual da pessoa, mas também pelas consequências psicológicas e emocionais que provoca nas vítimas.

Dentro desta problemática, os grupos mais vulneráveis são os menores e as mulheres, ainda que os homens não estejam isentos de ser alvo deste tipo de abuso (González & Castillo, 2010).

No desenrolar dos anos 50, um estudo de Kinsey et al. (1953, cit. por Maria, 2012) na área da sexualidade feminina concluiu que 28% das participantes, tinham sido vítimas de abuso sexual na infância. Porém, esses resultados não obtiveram, na altura, manifestações de interesse por parte de outros estudiosos ou do público.

Com o movimento pela luta dos direitos das mulheres, na década de 70, os abusos sexuais de crianças começaram a surgir associados ao sistema familiar patriarcal, que encarava os maridos e pais como os proprietários dos filhos e das mulheres (Maria, 2012). Portanto, devido à forte influência do movimento dos direitos das mulheres, cresce o interesse pelo fenómeno de abusos sexuais contra crianças, começando a tornar-se uma preocupação para profissionais na área da saúde mental, especialmente para aqueles que trabalhavam com crianças (Finkelhor, 1986, cit. por Maria, 2012).

A nível nacional, o termo “abuso sexual infantil” surgiu em finais da década de 90 com a especificação legal no âmbito dos crimes contra a liberdade e auto-determinação sexual como “abuso sexual de crianças, adolescentes e menores dependentes” (Antunes, 2011), tendo a temática do abuso sexual infantil começado a ganhar mais visibilidade e reconhecimento por volta do início do presente século, devido à exposição mediática do controverso “Processo Casa Pia”.

Atualmente, o abuso sexual de crianças é apontado como um grave problema de saúde pública (Pereda, Guílera, Forns & Gómez-Benito, 2009). Dados obtidos em estudos publicados revelam que este é um fenómeno historicamente constante, ocorrendo em todas as culturas e sociedades (Machado, 2013). Assim, denote-se que o abuso sexual de crianças não se trata de uma realidade distante e esporádica, mas de um problema universal e de grande complexidade, que resulta da interação de fatores individuais, familiares, sociais e culturais (Brown, Cohen, Johnson & Salzinger, 1998).

O abuso sexual é a forma de violência contra a criança que provoca mais danos no seu desenvolvimento, conclusão esta que veio a fazer com que a temática viesse a assumir,

gradualmente, posição de destaque em várias áreas de investigação a nível internacional (Machado, 2013). Trata-se de um tipo de maus-tratos comum, com consequências psicológicas, sociais, físicas, entre outras (Florentino, 2015; Pereda et al., 2009; Sánchez-Meca, Rosa-Alcázar, & López-Soler, 2011), a curto (García-Jaime, 2013; Kendall-Tackett, Williams & Finkelhor, 1993) e a longo-prazo (Carey, Walker, Rossouw, Seedat, & Stein, 2008; Flitter, Elhai & Gold, 2003; García-Jaime, 2013; Sigurdardottir & Halldorsdottir, 2013; Sigurdardottir, Halldorsdottir & Bender, 2012) nas vítimas. As diferentes consequências na vítima dependerão de aspetos como determinadas características das crianças, dos abusadores, das circunstâncias envolvendo o abuso, do tipo, duração e frequência do mesmo e da reação do meio envolvente (Taveira, Frazão, Dias, Matos & Magalhães, 2009).

A vitimização infantil, em particular o abuso infantil, encontra-se associada a uma série de problemas de saúde e de cariz psicossocial durante a infância, adolescência e idade adulta (e.g., depressão, ansiedade, problemas sociais, ideação suicida, abuso de substâncias, perturbação da personalidade borderline, perturbação pós-stress traumático) (Ehrensaft, Knous-Westfall, Cohen & Chen, 2015; Finkelhor, Ormrod, & Turner, 2006; Oshri, Tubman, & Burnette, 2012; Sar, Akyuz, Ozturk & Ertem-Vehid, 2006; Sigurdardottir, Halldorsdottir & Bender, 2012).

Em termos nacionais, o investimento científico nesta área revela-se escasso, como diz Antunes (2011): “o conhecimento da extensão e dos contornos deste tipo de vitimização no nosso país apresenta muitas limitações” (p. 69).

Em Portugal, embora existam alguns estudos relativos à prevalência do abuso sexual infantil (e.g., Fávero, 2003), estes são escassos comparativamente a investigações internacionais, deduzindo-se que os números não se encontram demasiado longe das estatísticas de outros países (Maria, 2012).

Relativamente à prevalência de abuso sexual infantil a nível mundial, as percentagens apontadas na literatura são de 18-20% para as mulheres e 8% para os homens (Pereda et al., 2009; Stoltenborgh, Van I Jzendoorn, Euser & Bakermans-Kranenburg, 2011).

A maioria dos casos de abuso sexual contra crianças são perpetrados por pessoas que lhes são próximas e que assumem um papel de cuidador, denominados de intra-familiares (Habigzang, Koller, Azevedo & Machado, 2005; Looney, 2007; Milner, 1998; Sequeira, 2013). Por outro lado, os ofensores que buscam vítimas desconhecidas, fora do seu círculo familiar ou íntimo, apelidam-se de extra-familiares.

Existindo evidências de que o abuso intra-familiar é mais grave a nível de consequências para a criança vitimizada do que o extra-familiar, justificam-se as diversas

investigações sobre a dinâmica familiar, as características e consequências deste tipo de abuso para o desenvolvimento socio-emocional das crianças vitimizadas (Habigzang et al., 2005, Taveira et al., 2009).

Serafim, Saffi, Rigonatti, Casoy e Barros (2009) revelam que, enquanto larga percentagem dos estudos no âmbito investigam as vítimas, são menos os que se concentram nos agressores desta dinâmica, e muitos desses estudos abordam essencialmente os seus dados demográficos. Assim, neste projeto de investigação, pretende-se analisar o abusador sexual infantil, estabelecendo uma comparação entre o intra-familiar e o extra-familiar. Ainda que existam alguns estudos comparando estes dois tipos de abusador (e.g., Seto, Babchishin, Pullman & McPhail, 2015), são ainda bastante escassos a nível nacional (e.g., Taveira et al., 2009).

Tem sido documentado na literatura que sujeitos que cometeram ofensas de natureza sexual tendem a apresentar características como: distorções cognitivas, experiências de abuso sexual na infância, experiência e/ou testemunho de violência no seio familiar (física e psicológica), abuso de substâncias e interesses sexuais desviantes (Jespersen, Lalumière & Seto, 2009; Seto & Lalumière, 2010; Valencia, Labrador & Peña, 2010).

Tendo em conta os parágrafos anteriores, neste estudo, pretende-se, antes de mais, oferecer uma melhor compreensão acerca do fenómeno do abuso sexual infantil, colocando-se o foco no abusador, através de uma revisão de literatura. Posteriormente, propõe-se uma investigação qualitativa, na qual se compara o abusador intra-familiar e o extra-familiar, caracterizando ambos. Embora se objetive analisar também outros aspetos, procura-se, em específico, saber se existem diferenças no abusador intra-familiar e no extra-familiar relativamente à existência de distorções cognitivas e de experiências de abuso sexual na infância, uma vez que estudos sobre abusadores sexuais de menores demonstraram que grande parte destes ofensores apresenta distorções cognitivas (Blake & Gannon, 2008; Hayashino, Wurtele & Klebe, 1995; Pereira, 2007) e experiências de abuso sexual na infância (Jespersen, Lalumière & Seto, 2009; Jesus, 2006).

Em suma, visa-se contribuir para a literatura, embora modestamente, oferecendo uma melhor compreensão acerca do fenómeno do abuso sexual infantil e destes distintos ofensores sexuais de crianças o que, conseqüentemente, poderá servir para a prevenção deste tipo de crime, bem como para o tratamento destes indivíduos.

Revisão de literatura:

1. Abuso sexual de crianças

1.1. Conceito de abuso sexual de crianças

O abuso sexual de crianças abarca várias dimensões – médica, psicológica, legal, social (Jorge, 2010).

Não existe uma única conceptualização do fenómeno na literatura, mas várias, o que dificulta a tarefa de defini-lo. Tal como sublinhado por Sequeira (2013), esta dificuldade recai sobretudo em dois aspetos – na diferença de idades entre vítima e ofensor, existindo autores que consideram necessária uma diferença etária de três anos e outros de cinco anos ou mais; e nos comportamentos sexuais considerados abusivos, sendo que a maior parte dos autores considera como abusivos todos os comportamentos sexuais envolvendo crianças.

Já para Haugaard (2000, cit. por Maria, 2012), a difícil definição do conceito de abuso sexual infantil é devida a três aspetos. O primeiro é o facto de o conceito ser utilizado em diversas áreas disciplinares, diferentes umas das outras, que poderão ter objetivos distintos ao decidirem a sua definição de abuso sexual infantil; em segundo lugar, porque é difícil delimitar onde começa o abuso sexual de crianças, ao longo de uma sequência comportamental (e.g., um pai tomar banho com a filha de 2 anos ou um pai tomar banho com a filha de 13 anos); e por último, devido à necessidade de se ter em conta o contexto em que o comportamento ocorre para que se possa entendê-lo como sendo abusivo (e.g., o pai massajar, todas as noites, as coxas da filha de 11 anos ou o pai massajar as coxas da filha depois de um intenso jogo de futebol desta).

Ainda que não exista consenso em relação à definição do fenómeno, de acordo com Sequeira (2013), a definição do National Center on Child Abuse and Neglect é uma das mais encontradas na literatura:

Quaisquer contactos ou interações entre uma criança e um adulto, quando a criança é usada para satisfação sexual do abusador ou de outra pessoa. O abuso pode ser cometido entre menores, desde que o agressor seja significativamente mais velho que a vítima, ou esteja numa posição de poder e controlo sobre a outra criança. (p. 3)

A definição elaborada por Finkelhor (2009) surge também em forma de destaque na literatura:

O abuso sexual de crianças inclui todo um espectro de crimes e infrações sexuais a crianças. Esta definição inclui tanto indivíduos conhecidos como estranhos às crianças. Inclui certos tipos de atos de não-contacto físico, tal como exibicionismo e uso de crianças para a produção de pornografia, e tipos de infração de crime sexual como o toque/carícia sexual e atos de penetração. (pp. 170-171).

Motz (2001) indica que a definição de abuso sexual infantil considera os seguintes aspetos: uma diferença de idades entre agressor e vítima igual ou superior a cinco anos; comportamentos sexuais específicos que podem envolver contacto físico (e.g., carícias, sexo oral, tocar os órgãos genitais da criança, penetração de dedos, objetos ou pénis) ou não (e.g., fotografias ou vídeos, exibicionismo, assédio) e forçar a criança a tocar-se ou ao agressor.

Relativamente à idade da vítima, alguns autores consideram que, para ser considerado abuso sexual de crianças, esta última tem que ter até 12 anos de idade (Fleming, Mullen, Sibtorphe & Bammer, 1999), até 14 anos (Gwandure, 2007; Martins & Jorge, 2010), ou ser menor de 18 anos (Finkelhor, 2009).

É a desigualdade de poder que melhor caracteriza esta complexa relação entre o abusador e a criança sexualmente abusada, uma vez que esta última se encontra numa fase de desenvolvimento que não a capacita de autodeterminação sexual, encontrando-se o agressor num estágio psicosexual mais avançado do desenvolvimento do que a vítima (Costa, 2011; Habigzang et al., 2005; Jesus, 2006).

Por outras palavras, a coerção física e/ou psicológica da criança ocorre em função da sua imaturidade biopsicológica, uma vez que se encontra em fase de desenvolvimento e não possui ainda condições para realmente entender ou evitar a sua sujeição a uma relação deste tipo (Romero, 2007). Assim sendo, a vítima nunca pode ser considerada culpada, sendo obrigação do adulto impor os limites necessários (Jesus, 2006).

1.2. Abuso sexual de crianças e pedofilia

Com o aumento da divulgação de casos de agressões sexuais contra crianças e adolescentes a nível nacional e internacional, é comum que os *media* empreguem, indiscriminadamente, os conceitos de *abuso sexual de crianças* e *pedofilia* (Carlstedt, 2012; Thomas, Philips, Clarson, Shieh, Kirkwood, Cabage & Worley, 2013). Embora ambos se encontrem, por vezes, interligados devem ser abordados como distintos conceitos que são. A

pedofilia diz respeito a uma parafilia, na qual o indivíduo apresenta um interesse sexual predominante ou exclusivo por crianças pré-púberes. Trata-se de um diagnóstico médico que obedece a restritas definições, indo, portanto, para além do comportamento criminal (Camilleri & Quinsey, 2008; Machado, 2013; Seto, 2008).

A palavra “pedofilia” resulta de dois termos gregos – *pedeiktos* (i.e., criança) e *philia* (i.e., atração, amor, apego), podendo, de modo genérico, ser usada para referência a indivíduos adultos que demonstrem interesse ou mantenham contacto sexual com crianças (Machado, 2013; Silva, Pinto & Milani, 2013; Seto, 2008). Em sentido estrito, contudo, a pedofilia trata-se de uma perturbação sexual, que se insere no grupo das parafilias (Machado, 2013). Tal como diz Salter (2009, cit. por Silva, Pinto & Milani, 2013), a pedofilia não é, por si, considerada crime, não constando do Código Penal; apenas é criminoso quem coloca em prática esses atos libidinosos contra crianças.

Uma das definições do conceito de parafilia mais utilizadas a nível mundial é a do Manual de Diagnóstico e Estatística da Associação Norte-Americana de Psiquiatria (DSM-IV), que a classifica como fantasias, impulsos sexuais ou comportamentos recorrentes e intensos sexualmente excitantes, “envolvendo geralmente objetos não-humanos, a humilhação e/ou sofrimento próprio ou do parceiro, ou crianças ou outras pessoas que não dão o seu consentimento” (American Psychiatric Association, 2000, p. 566), e cobrindo um período de pelo menos seis meses. Conforme alegam Bhugra, Popelyuk e McMullen (2010), definições restritas de parafilias constituem um problema, visto que aquilo que a sociedade considera como sexualmente desviante tem vindo a sofrer alterações ao longo do tempo. Como tal, o DSM-V apresenta uma nova definição de parafilia (McManus, Hargreaves, Rainbow & Alison, 2013):

Qualquer interesse sexual intenso persistente que não seja interesse sexual em comportamentos de cópula ou de pré-cópula com parceiros adultos fenotipicamente normais que deram o seu consentimento (p. 2).

Machado (2013) revela que a caracterização de uma parafilia deverá ter em conta certos requisitos em relação ao seu portador, os quais se passam a enunciar: um carácter opressor (i.e., perda de liberdade de opções e alternativas relativamente ao sujeito com parafilia); carácter rígido (i.e., a excitação sexual só é atingida em situações e circunstâncias específicas, estabelecidas pelo padrão do comportamento parafílico); carácter impulsivo (i.e., refletido na necessidade de repetir a experiência). Quando estes três fatores estão presentes,

está-se perante um quadro compulsivo, por vezes difícil de controlar pelo sujeito, ou seja, “se os desejos ou fantasias sexuais causarem ao indivíduo acentuado sofrimento ou dificuldades interpessoais, haverá maior possibilidade de que pratique crimes” (Machado, 2013, p.22).

A pedofilia trata-se, portanto, de uma parafilia, na qual o sujeito apresenta um interesse sexual predominante ou exclusivo por crianças pré-púberes, tratando-se a criança do seu meio preferido ou único de excitação e obtenção de satisfação sexual (Camilleri & Quinsey, 2008; Machado, 2013; Seto, 2008).

A facilidade de acesso à Internet existente nos tempos atuais facilita a ação do pedófilo, seja no que diz respeito à distribuição de pornografia infantil ou no aliciamento de crianças, por exemplo nas redes sociais, para satisfação dos seus desejos sexuais. Segundo o DSM-IV (APA, 2000; Machado, 2013), para um diagnóstico de pedofilia, o sujeito tem que preencher os requisitos constantes a seguir: 1) presença de fantasias sexualmente excitantes, impulsos sexuais ou de outros comportamentos, de modo recorrente e intenso, durante um período igual ou superior a seis meses, implicando atividade sexual com criança(s) pré-púbere(s); 2) as fantasias, impulsos sexuais ou comportamentos, causam-lhe sofrimento clínico significativo ou uma alteração do seu funcionamento nas áreas social, profissional, entre outras; 3) ter 16 anos ou mais, sendo pelo menos cinco anos mais velho do que a criança implicada. Acrescenta-se ainda que sujeitos, no final da adolescência, que mantêm relacionamento sexual contínuo com criança de 12/13 anos de idade, não deverão ser diagnosticados com pedofilia (Machado, 2013).

A falta de distinção entre “abusador sexual” e “pedófilo” prejudica uma profunda compreensão de ambos, uma vez que se está a incluir no mesmo “saco” sujeitos que possuem características psicológicas e motivações para o crime bastante diferentes (Libório & Castro, 2010).

Seto (2008) indica que cerca de metade dos ofensores que vitimizam crianças não são pedófilos, mas sujeitos que ofendem devido a outros motivos, ainda não adequadamente entendidos. E ressalta a importância de distinguir o abuso sexual de crianças cometido por pedófilos daquele cometido por não pedófilos, uma vez que existem pedófilos capazes de controlar os seus desejos sexuais, que possuem discernimento e autodeterminação para nunca passar da fantasia à prática, mas que continuam a ser equiparados a sujeitos que abusam sexualmente crianças (Machado, 2013; Seto, 2008).

Itzin (2001) também se preocupa com o uso do termo “pedófilo” como se de um sinónimo para “abusador sexual infantil” se tratasse, porque, ao utilizar-se estes conceitos indiscriminadamente, os abusadores sexuais infantis intra-familiares ganham mais

invisibilidade. O facto de se julgar “pedófilo” todo o abusador sexual de crianças, faz com que a população fique menos atenta à necessidade de reconhecer os ditos abusadores “comuns” (i.e., pais, irmãos, avós, padrastos, tios) (Itzin, 2001; Sanghara & Wilson, 2006; Seto et al., 2015).

Serafim et al. (2009) crêem que é mais provável que pedófilos coloquem as suas fantasias e impulsos sexuais em prática quando são expostos a situações de *stress* intenso, nas quais sentem grande pressão psicológica (e.g., despedimento, divórcio).

Em suma, a pedofilia não se trata apenas de uma afeição por crianças, mas de um interesse sexual por elas. Embora exista uma ligação entre os conceitos “pedofilia” e “abusador sexual de crianças”, um abusador sexual de crianças não se trata, obrigatoriamente, de um pedófilo, nem um pedófilo irá inevitavelmente abusar sexualmente de crianças. A pedofilia é uma parafilia que pode, sim, ser exteriorizada pelo indivíduo que dela padece, mas pode também ser mantida sob controle (Carlstedt, 2012; Serafim et al., 2009; Seto, 2008). É a exteriorização desse interesse sexual que configura a prática de crimes ligados à pedofilia, independentemente do facto de o sujeito possuir (ou não) tal parafilia (Machado, 2013). Observa-se, portanto, que as crianças podem ser vitimizadas tanto por pedófilos como por abusadores sexuais de crianças que não são pedófilos.

1.3. O abuso sexual de crianças na Legislação Portuguesa

Este tipo de violência é considerado, nacionalmente, um crime e, como tal, importa apresentar brevemente a sua definição tal como consagrada na Lei.

O Código Penal (2013) define, nos termos do artigo 171º, como abuso sexual de crianças “quem praticar acto sexual de relevo com ou em menor de 14 anos, ou o levar a praticá-lo com outra pessoa”, incluindo-o nos crimes contra a autodeterminação sexual. Relativamente ao abuso de menores entre os 14 e os 16 anos, este encontra-se previsto no artigo 173º, nos crimes de atos sexuais com adolescentes.

Importa referir, portanto que, no presente projeto, considera-se abusador sexual de crianças, sujeitos que perpetraram o crime contra criança menor de 14 anos, tendo em conta a Lei Portuguesa.

O artigo 171º prevê quatro distintos crimes: o crime de prática de ato sexual de relevo; o crime de cópula, coito anal, coito oral ou introdução vaginal ou anal de partes do corpo ou objetos); o crime de importunação sexual (i.e., atos de carácter exibicionista, propostas de teor sexual e/ou constranger a pessoa a contacto de natureza sexual); e o crime de atuação por

meio de conversa, escrito, espetáculo ou objeto pornográficos (i.e., aqui, o legislador exige que, respetivamente um modo de comunicação, um texto redigido, uma representação por qualquer meio de um ato, e um objeto material, assimilável pelos sentidos, seja levado a cabo com a intenção de excitar sexualmente a criança) (Cristóvão, 2013).

O género da vítima e agressor, neste contexto, não se encontra especificado na lei; o menor pode ser de ambos os géneros, e o ofensor será punido de igual modo, trate-se de um homem ou de uma mulher (Cristóvão, 2013; Maria, 2012). Pode também ser cometido por qualquer pessoa, incluindo os pais da vítima (Cristóvão, 2013).

No artigo em questão (171º do Código Penal), portanto, o bem jurídico tutelado é a liberdade de autodeterminação sexual da criança menor de 14 anos. Como tal, considera-se que vítimas com idade inferior à indicada não possuem capacidade para se auto-determinar sexualmente. Ainda que não tenha lugar um ato de violência ou coação do agressor para com a criança, considera-se que os atos prejudicarão o seu desenvolvimento (Carmo, 2000, cit. por Maria, 2012).

1.4. Estudos de prevalência de abuso sexual de crianças

Ao longo das últimas décadas, a prevalência de abuso sexual de crianças tem estado no foco de muitas investigações por todos os cantos do Mundo, a fim de apurar, nas várias sociedades, a dimensão do fenómeno (Gwirayi, 2013; Han, Lee, Yoo & Hong, 2011; Nguyen, Dunne & Le, 2010).

Quinsey (1986) alega que alguns autores parecem confundir prevalência com incidência, um termo com significado divergente. O mesmo explana que prevalência é um conceito que denomina, em dada população, a proporção de sujeitos que apresentaram determinado comportamento durante um específico período de tempo (e.g., número de indivíduos que experienciaram abuso sexual durante a infância). Já a incidência engloba o número de determinado comportamento/fenómeno que ocorre numa população específica em determinado momento, normalmente abrangendo um ano (e.g., número de casos de abuso sexual infantil detetados no ano de 2015), sendo esta informação obtida a partir de queixas apresentadas aos órgãos de polícia criminal, tribunais ou organismos de proteção à criança.

Assim sendo, Quinsey (1986) constata que, caso se tratem das mesmas populações e intervalos de tempo, os valores de prevalência terão que ser mais baixos do que os de incidência. Ainda, os estudos de incidência do fenómeno capturam menos experiências do

mesmo do que os estudos de prevalência, uma vez que nos primeiros, o período de tempo que o estudo abrange é mais limitado do que nos de prevalência (i.e., nestes últimos, são reportadas experiências de abuso sexual infantil passadas) (Stoltenborgh et al., 2011).

Segundo Gwirayi (2013) e Sánchez-Meca, Rosa-Alcázar e López-Soler (2011), as investigações conduzidas a fim de apurar a incidência e a prevalência do fenómeno do abuso sexual de crianças tendem a atingir resultados díspares. Essa diferença nas estimativas pode ser atribuída a variações metodológicas (e.g., diferenças na amostra), definição do conceito de abuso sexual de crianças, método de administração, restrição de idades, entre outras (Gwirayi, 2013). A respeito da definição do conceito de abuso sexual de crianças, o autor revela que poucos estudos distinguem os tipos de abuso sexual ocorrido (i.e., com ou sem contacto físico). Assim sendo, parece fácil imaginar que um estudo que inclua, por exemplo, tipos de abuso sexual sem contacto físico (e.g., exibicionismo, propostas sexuais) apresente valores mais elevados de prevalência do que estudos que apenas incluam abuso com contacto físico, algo que Stoltenborgh et al. (2011) concluíram, mas apenas no caso de vítimas femininas. Por outro lado, Pereda et al (2009) não encontraram diferenças significativas que confirmassem tal hipótese.

De acordo com Finkelhor, Hotaling, Lewis e Smith (1990, cit. por Pechorro, Poiares & Vieira, 2008), “cerca de uma em quatro mulheres e um em cada oito homens foram sexualmente abusados na infância” (p.615). Considera-se necessária esta abordagem de alguns estudos no âmbito, a fim de proporcionar uma ideia mais clara acerca da sua dimensão e impacto social. No entanto, há que ter em consideração que a prevalência do abuso sexual de crianças na população geral é um tópico que se mantém algo incerto (Gwirayi, 2013).

Há duas décadas, Finkelhor (1994, cit. por Gwirayi, 2013 e Pereda et al., 2009) concluiu que investigações na área da prevalência do abuso sexual de crianças levadas a cabo em 21 diferentes países tinham produzido resultados semelhantes às estatísticas da prevalência do fenómeno nos Estados Unidos e no Canadá, isto é, tendiam a variar entre 7 e 36% para as mulheres e entre 3 e 29% no caso dos homens.

Mais recentemente, estudos neste âmbito têm sido efetuados em vários países. Por exemplo, estudos verificaram que a prevalência, no México, era de 18.7% (58% nas raparigas e 42% nos rapazes; Pineda-Lucatero, Trujillo-Hernández, Millán-Guerrero & Vásquez, 2009), de 21.9% na China (Chen, Dunne & Han, 2006), de 10.14% nos E.U.A. (24.8% nos homens e 75.2% nas mulheres; Pérez-Fuentes, Olfson, Villegas, Morcillo, Wang & Blanco, 2013), 10.8% na Croácia (Ajdukovic, Susac, Rajter, 2013), 19.7% no Vietname (18.5% nas raparigas e 21% nos rapazes; Nguyen, Dunne & Le, 2009), 13.5% nos rapazes, na Coreia do Sul (Han

et al., 2011), 38% nas raparigas, na Índia (Hasnain & Kumar, 2006), de 55% na Nigéria (Olley, 2008), de 54.2% na África do Sul (60% nos rapazes e 53.2% nas raparigas; Madu & Peltzer, 2001).

Recentemente, o estudo de Rassenhofer, Spröber, Schneider e Fegert (2013, cit. por Pereira, 2014), com 5.000 participantes, constatou que 67% das mulheres e 33% dos homens foram vítimas de abuso sexual infantil. Concluíram que a maior parte dos perpetradores do abuso eram homens e que a maioria dos abusos ocorreu no seio familiar (57%) e incluiu penetração (34%).

Pereda et al. (2009) realizaram uma meta-análise procurando obter valores de prevalência de abuso sexual infantil, incluindo 65 artigos demonstradores desses valores em 22 diferentes países e que englobaram por volta de 101 mil participantes de ambos os géneros. Concluíram que 7.9% e 19.7% dos homens e das mulheres, respetivamente, tinham sido vítimas de abuso sexual antes dos 18 anos de idade.

Uma contribuição fundamental para a literatura no âmbito do fenómeno do abuso sexual infantil consiste na meta-análise de Stoltenborgh et al. (2011) que inclui 331 amostras independentes, contando com um total de 9.911.748 participantes. Esta juntou estimativas de casos de abuso sexual infantil resultantes de 217 estudos, publicados entre os anos de 1980 e 2008. A prevalência global de abuso sexual infantil encontrada foi de 11,8%, existindo uma diferença significativa relativamente ao género – 18% nas raparigas e 7,6% nos rapazes.

Segundo Pereda et. al (2009), os países com mais elevados valores de prevalência de abuso sexual de crianças são os do continente africano, sendo a Europa onde se encontram países com menor prevalência do fenómeno. A meta-análise de Stoltenborgh et al. (2011) concluiu que os menores níveis de prevalência, tanto no caso de vítimas masculinas como femininas, foram encontrados na Ásia, e que os maiores níveis se encontraram na Austrália e África, para as raparigas e para os rapazes, respetivamente.

Collin-Vézina e Hébert (2013) destacam que existe enorme falta de congruência entre os baixos números de casos oficiais de abusos sexuais de crianças (denunciados às autoridades) e a elevada percentagem de casos que jovens e adultos, retrospectivamente, auto-relatam. Isto é, grande parte dos abusos sexuais infantis não chega a ser denunciada às autoridades, sendo que muitas das vítimas apenas mais tarde revelam a experiência. A meta-análise de Stoltenborgh et al. (2011) mostrou que a percentagem de abuso sexual infantil pode ser até trinta vezes maior quando os estudos recorrem a auto-relatos (127 em 1000) comparativamente a quando utilizam dados estatísticos oficiais (e.g., dos órgãos policiais) (4 em 1000). Ou seja, esclarecem Collin-Vézina e Hébert (2013), enquanto 1 em 8 pessoas

revelam ter experienciado alguma forma de abuso sexual em criança, as estimativas oficiais são de cerca de 1 em 250 crianças sexualmente abusadas.

Um estudo relativamente recente, conduzido no Québec, Canadá por Hébert, Tourigny, Cyr, McDuff e Joly (2009) contou com 804 participantes. Os autores utilizaram dois indicadores de abuso sexual de crianças – o toque sexual indesejado e a relação sexual indesejada, antes dos 18 anos de idade. Concluíram que a prevalência global de abuso sexual infantil nas mulheres era de 22,1% e de 9,7% para os homens, uma vez que os resultados demonstraram que 21,4% das participantes e 9,5% dos participantes tiveram, quando menores, experiências de toques (sexuais) indesejados por parte de um adulto ou por outra criança três anos mais velha, e 5,2% das mulheres e 2,3% dos homens indicaram relação sexual indesejada. Chegaram, ainda, à conclusão de que um em cada cinco dos participantes nunca teriam divulgado o abuso de que foram vítimas. De facto, estima-se que apenas aproximadamente metade dos casos de abuso sexual a crianças são revelados (Sánchez-Meca, Rosa-Alcázar & López-Soler, 2011).

Assim sendo, são mais os casos de mulheres a reportarem terem sido vítimas de abuso sexual na infância do que homens, conclusão também observada nas meta-análises de Pereda et al. (2009), Stoltenborgh et al. (2011) e Barth, Bermetz, Heim, Trelle e Tonia (2013).

Contudo, um menor número de estudos reportam o contrário, isto é um maior número de vítimas masculinas do que femininas (e.g., Madu & Peltzer, 2001). O estudo de Madu e Peltzer (2001) foi levado a cabo na África do Sul, resultando 60% de prevalência do abuso nos rapazes e 53% nas raparigas, diferença que os próprios autores atribuem às características da área (i.e., Província do Norte), uma vez que tais conclusões não se replicam noutros estudos publicados realizados na África do Sul.

A baixa prevalência de abuso sexual infantil masculino comparativamente ao feminino foi discutido em diversos estudos, tendo sido sugerido que a definição de abuso sexual utilizada não captura de modo adequado as experiências masculinas (Pereda et al., 2009). Os autores referem que os estereótipos dos papéis masculino e feminino poderão também levar a que os homens não partilhem as suas experiências, ou mesmo que estes não as encarem como ato(s) de abuso sexual (Widom & Morris, 1997). Algumas destas vítimas podem sentir vergonha e medo de serem julgados homossexuais, em caso de agressor masculino, ou fracos, em caso de agressora feminina (Goldman & Padayachi 2000; Romano & DeLuca, 2001, cit. por Diamanduros, Cosentino, Tysinger & Tysinger, 2012; Stoltenborgh et al., 2011).

Ainda, a meta-análise de Stoltenborgh et al. (2011) analisou se a prevalência do abuso sexual de crianças seria afetada pelo nível de desenvolvimento económico do país em

questão. Concluíram que, no caso dos rapazes, a prevalência era mais alta em países economicamente sub-desenvolvidos do que nos desenvolvidos. Relativamente às raparigas, não obtiveram conclusões que indicassem que o nível de desenvolvimento económico do país influenciasse a prevalência de abuso sexual infantil.

Alguns autores encontraram um decréscimo na prevalência do abuso sexual infantil ao longo do tempo (Gilbert, Widom, Browne, Fergusson, Webb & Janson, 2009), mais especificamente nos E.U.A., abrangendo o período entre o meio da década de 90 e o ano de 2005. Porém, outros estudos não replicaram variações significativas ao longo dos anos (Goldman & Padayachi, 2000, cit. por Barth et al., 2013).

Em Portugal, foi realizado um estudo que analisou 416 fichas de maus tratos de crianças observadas pela urgência pediátrica do Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca ou Amadora-Sintra entre os anos de 2000 e 2005 (Vasconcelos, Cardoso, Barros & Almeida, 2011). Este concluiu que 126 casos eram de abuso sexual (30.3%), sendo o outro tipo de maus-tratos mais comum a agressão física. Ainda, as crianças que foram vítimas de abuso sexual eram maioritariamente raparigas (86%), sendo as faixas etárias mais frequentes a dos 3-4 anos e a dos 11-14 anos.

Outro estudo, de Figueiredo, Paiva, Matos, Maia e Fernandes (2001), incluiu 932 pais de alunos de cinco escolas públicas no Norte do país (i.e., Braga, Porto, Maia e Chaves) (506 mães e 426 pais) para apurar a prevalência de abuso físico e sexual. Destes, 1.8% indicaram ter sido vitimizados sexualmente antes dos 13 anos (i.e., 1.9 % das mães e 1.7% dos pais).

No estudo nacional de Fávero (2003) que incluiu 837 sujeitos entre os 18 e os 25 anos de idade, a prevalência foi de 14% nas raparigas e 7% nos rapazes.

Relativamente à incidência do fenómeno em Portugal, de acordo com dados recolhidos através de agências governamentais (DGPIJ, 2014), no ano de 2014 foram registados pelas autoridades policiais 1.013 crimes de abuso sexual de crianças/menores dependentes/adolescentes.

2. O abusador sexual de crianças

2.1. Estudos Gerais

Em relação ao ofensor sexual no geral (i.e., incluindo não apenas de menores mas também de adultos), alguns estudos demonstram que algumas características, tais como a violência familiar (física e psicológica), experiências de abuso sexual na infância, distorções

cognitivas, interesse sexual por crianças, abuso de substâncias, etc, relacionam-se diretamente com o cometimento de ofensas sexuais (Jespersen, Lalumière & Seto, 2009; Seto & Lalumière, 2010; Valencia, Labrador & Peña, 2010). Como já referido previamente, no presente estudo, o foco recai apenas sobre dois destes aspetos (i.e., experiências de abuso sexual na infância e distorções cognitivas).

Embora existam mulheres que abusam sexualmente de crianças (Carlstedt, 2012; Fávero, 2003), a esmagadora maioria dos abusadores sexuais infantis são homens (Fávero, 2003; Finkelhor, 2009; Pineda-Lucatero et al., 2009; Seto et al., 2015; Vasconcelos et al., 2011).

Investigações focadas no abusador sexual infantil constataram que a maioria destes ofensores são familiares próximos ou conhecidos da criança, e que tendem a perpetrar o crime no interior do seu lar ou no da vítima (Baptista, França, Costa & Brito, 2008; Fávero, 2003; Habigzang et al., 2005; Pineda-Lucatero et al., 2009; Quadara, Nagy, Higgins & Siegel, 2015; Vasconcelos et al., 2011; Seto et al., 2015).

De acordo com Itzin (2001) e Pereira (2007), grande parte dos abusadores são heterossexuais, casados e mantêm regularmente relações sexuais com mulheres adultas. Relativamente ao género da vítima, é mais provável que abusem de raparigas do que rapazes (Habigzang et al., 2005; Smallbone & Wortley, 2001).

É comum que o início da sua atividade criminal contra crianças ocorra durante a adolescência (i.e., altura em que o comportamento delinvente, geralmente, se começa a manifestar), ou quando se encontra na faixa etária dos 30 anos, uma vez que volta a ter fácil acesso a crianças (Salter, McMillan, Richards, Tabot, Hodges, Bentovim, Hastings, Stevenson & Skuse, 2003; Smallbone & Wortley, 2004).

Smallbone e Wortley (2001) conduziram um estudo comparando três tipos de abusador sexual infantil encarcerados por esse crime: extra-familiar, intra-familiar e *mixed* (i.e., sujeitos que tinham perpetrado abuso extra-familiar e intra-familiar), com uma amostra de 169 ofensores (com 1010 crianças vitimizadas, no total) tendo concluído que a esmagadora maioria dos abusadores eram familiares ou conheciam a vítima. Verificou-se que a média do número de crianças vitimizadas, para os extra-familiares era de 6.1., de 1.5 para os intra-familiares e de 20 para os *mixed*. Em relação ao tipo de atos sexuais que o ofensor perpetrrou contra a criança, a maioria consistiu em tocar nos seios, genitais e nádegas (82.1%) e estimular oralmente as genitais da vítima (42.9%), sendo este padrão de comportamento semelhante nos três tipos de abusador.

Geralmente, nos primeiros contactos com a criança vitimizada, o abusador, para a seduzir, recorre a comportamentos como a manipulação verbal e/ou emocional, prendas, jogos com a criança, etc (Vieira, 2010). Nesta linha de pensamento, um estudo revelou que, para ganhar a confiança da criança antes de cometer o ato sexualmente abusivo, os abusadores intra-familiares passavam muito tempo com a vítima (70.9%), tocavam-na de modo não sexual (67.1%) e davam-lhe muita atenção (64.6%). Já no caso dos extra-familiares, os métodos mais comuns eram toques não-sexuais (64.4%), dar-lhe muita atenção (59.3%), passar muito tempo com ela (55.9%) e fazer aquilo que a criança queria fazer (55.9%).

Para impor as interações sexuais à vítima, o abusador pode recorrer à violência física e ameaças (Habigzang et al., 2005), bem como a estratégias como a pressão ou a persuasão (Fávero, 2003).

Uma pesquisa de âmbito nacional, por Rebocho e Gonçalves (2011), com 216 ofensores sexuais condenados, compararam violadores (i.e., vítimas de 14 anos ou mais) com abusadores sexuais de menores (i.e., vítimas com menos de 14 anos). Desta resultou que a maioria das vítimas de ambos os grupos era do género feminino (94.3% dos violadores e 74.4% dos abusadores sexuais de menores), que os abusadores sexuais de menores tinham tendência, relativamente aos violadores, a ser casados ou viver em união de facto à data do crime (49.6% dos abusadores e 37.9% dos violadores), e que a maioria dos sujeitos dos dois grupos não possuía diagnósticos psiquiátricos ou psicológicos referenciados nos seus processos individuais (82.8% dos violadores e 89.9% dos abusadores). Relativamente ao uso de substâncias, uma parte dos abusadores apresentavam problemas de abuso de drogas (34.1%) e/ou álcool (33.3%). Finalmente, os abusadores vitimizavam, em média, crianças de 8/9 anos e a grande maioria (77.5%) não apresentava antecedentes criminais.

2.2. Tipologias

Tal como referem Robertiello e Terry (2007, cit. por Vieira, 2010), de modo a diminuir a prevalência das ofensas sexuais, é preciso que se desenvolvam e apliquem programas de intervenção adequados às características dos diferentes ofensores sexuais.

Os abusadores sexuais de crianças são um grupo heterogéneo que pode ser classificado de acordo com várias categorias, como se denota na literatura. É de extrema importância que se desenvolvam tipologias acerca dos diferentes tipos destes ofensores, uma vez que, com a sua identificação e caracterização, é possível dividi-los em subgrupos e conhecer as características específicas de cada um, o que vai proporcionar uma intervenção mais

individualizada e adequada. A isto acrescenta-se a utilidade que a sua categorização tem em termos de investigação criminal (e.g., avaliação do comportamento sexual ofensivo futuro, ao nível da reincidência) (Vieira, 2010).

Existem autores que dividem os abusadores sexuais de crianças de acordo com o género da vítima. Fitch (1962, cit. por Quinsey, 1986) concluíram que abusadores que vitimizam crianças de género masculino apresentam o dobro da probabilidade de reincidirem comparativamente aos que vitimizam raparigas. Porém, outros estudos contrariam tal conclusão, tendo sido demonstrado por Abel, Becker, Murphy e Flanagan (1981) que os que ofendem raparigas vitimizam cerca de duas vezes mais do que abusadores que vitimizam rapazes. Simons e Tyler (2010) mostraram que abusadores que abusam de ambos os géneros reportam o maior número de vítimas e ofensas, assim como um maior risco de reincidirem.

Outra classificação de abusadores sexuais de crianças encontrada na literatura baseia-se em aspetos motivacionais, descrição dos afetos e comportamentos através dos quais o sujeito expressa as suas motivações (Lã-Branca, 2012). Tendo em consideração tais fatores, Groth (1979, cit. por Lã-Branca, 2012) divide os abusadores, de acordo com o nível de violência que utilizam junto da vítima, em atentado ao pudor ou violação. Portanto, os sujeitos inseridos na categoria de atentado ao pudor, seduzem e persuadem a criança a fazer o que eles desejam, mantendo com esta uma relação contínua que lhe proporciona sentimentos de amor e importância. São indivíduos que recorrem à manipulação emocional e verbal (e.g., demonstra preocupação e amor à criança, assegurando-a que não a irá abandonar). Os indivíduos inseridos na categoria de violação recorrem a agressões físicas, ameaças e intimidação para obterem o que querem da vítima, sendo esta desumanizada e tratada como um objeto sexual, que o abusador humilha e explora. Nestes casos, não é comum que mantenha uma relação com a criança (Lã-Branca, 2012).

Na literatura, é hábito os abusos e abusadores sexuais infantis surgirem divididos em duas categorias baseadas na relação que o abusador tem com a criança vitimizada - relação extra-familiar ou intra-familiar. Isto é, tal como o próprio nome indica, o abusador extra-familiar é aquele que abusa fora do seu círculo familiar. Já o intra-familiar descreve um tipo de abusador que assume um papel familiar na vida da criança, sem obrigatoriedade de laços biológicos (Maria, 2012; Sequeira, 2013). A definição de Azambuja (2011, cit. por Nakatani, 2012) a seguir serve para um melhor esclarecimento:

Como intra-familiar, são considerados os casos que envolvem relações complexas na

família, abarcando parentes, pessoas próximas da vítima ou que com ela mantenham vínculos de socioafetividade; como extra-familiar, são considerados os casos que envolvem pessoas sem vínculo de parentesco, conhecimento ou de socioafetividade com a vítima. (p. 14).

Esta tipologia é das que tem demonstrado maior utilidade clínica, uma vez que tem em consideração muita da variabilidade existente na problemática do abuso sexual infantil, bem como problemas intrínsecos ao tratamento dos ofensores, estando ainda relacionada com a reincidência (Camillieri & Quinsey, 2008).

Looney (2007) defende que estes dois tipos (i.e., intra e extra-familiar) representam dois sub-tipos de abusadores sexuais de crianças que são clinicamente diferentes. Mais especificamente, o abuso intra-familiar é geralmente o resultado de dinâmicas familiares disfuncionais, enquanto o extra-familiar tende a representar uma preferência sexual persistente por crianças.

A seguir, aprofundam-se ambos, elucidando-se através da revisão de estudos acerca dos mesmos, o quão diferem um do outro.

2.2.1. O abusador sexual intra-familiar

Segundo a literatura, este tipo de abuso difere consideravelmente de outras formas de abuso sexual infantil, sendo considerado o mais prevalente pela maioria dos autores (Baptista et al., 2008; Habigzang et al., 2005; Pineda-Lucatero et al., 2009; Quadara et al., 2015; Smallbone & Wortley, 2001).

Alguns autores, porém, não os consideram a maioria, indicando que os casos intra-familiares de abuso sexual de crianças constituem cerca de um terço (Seto et al., 2015) ou um quarto dos casos de abuso sexual infantil (Finkelhor, 2009).

Estes abusadores, também designados de incestuosos na literatura, são sujeitos que desempenham um papel de cuidador da criança. Deste modo, segundo a literatura, este sub-grupo inclui, não apenas elementos que possuem laços de consanguinidade com a vítima (e.g., pai, irmão, avô, tio, primo), mas também adultos que são considerados como sendo “parte da família” (e.g., padrasto, namorado da mãe) (Habigzang et al., 2005; Maria, 2012; National Child Traumatic Stress Network [NCTSN], 2009; Sequeira, 2013).

Porém, existem alguns autores que consideram como intra-familiares apenas quando os abusadores possuem laços biológicos ou adotivos com a criança (Balbinotti, 2008).

Geralmente, a criança nutre algum tipo de afeto pelo abusador intra-familiar, o que contribui para que, geralmente, experiencie mais consequências negativas do que vítimas de abuso sexual cometido por um estranho (Stroebel, O’Keefe, Beard, Kuo, Swindell & Kommor, 2012).

Furlan, Tank, Schnell e Cyrino (2011) explicam que, em casos de violência sexual intra-familiar, o vínculo estabelecido entre perpetrador e vítima passa a desenvolver-se de modo perverso. Isto é, a situação que provoca sofrimento à criança decorre num suposto ambiente de afeto (i.e., no contexto familiar), o que vai originar, na mesma, sentimentos de ambivalência afetiva. O facto de a criança ser vítima de abuso por parte de alguém que é suposto amá-la e protegê-la torna mais difícil para esta revelar o abuso a outras pessoas, especialmente se o abusador for um sujeito do qual os outros gostam (Habigzang et al., 2005; Nakatani, 2012; NCTSN, 2009).

Machado (2013) revela que o abusador intra-familiar tende a cometer o crime devido a conveniência, satisfazendo os seus desejos sexuais com a criança devido ao fácil acesso e vulnerabilidade da mesma, porém, poderia satisfazê-los, de igual modo, com um adulto. Assim, a autora diz que são abusadores ocasionais, sendo o abuso favorecido pela “intimidade que resguarda as famílias e pela relação de domínio e submissão existente entre adultos e crianças” (Machado, 2013, p. 26).

Portanto, as relações familiares oferecem diversas oportunidades para a prática de ofensas sexuais contra os membros mais vulneráveis - as crianças. O abusador intra-familiar tende a vitimizar raparigas em detrimento de rapazes, sendo comum que o abuso tenha início por volta dos 7/8 anos de idade desta (Baptista et al., 2008; Habigzang et al., 2005; Pereira, 2007; Quadara et al., 2015; Romero, 2007; Sánchez-Meca, Rosa-Alcázar & López-Soler, 2011; Seto et al., 2015; Smallbone & Wortley, 2001; Taveira et al., 2009).

Em vez de cometer o delito uma única vez, este abusador tende a repetir os atos abusivos ao longo de um período de tempo, bem como a vitimizar menos crianças do que o extra-familiar e a começar mais tarde, em termos de idade do ofensor, a abusar sexualmente (Quadara et al., 2015; Sequeira, 2013; Seto et al., 2015).

Em relação ao seu estado civil, Seto et al. (2015) referem que este tipo de abusador tende a ser casado ou viver em união de facto. Uma vez que muitos abusadores intra-familiares são os pais ou padrastos da própria criança, tal tendência não é surpreendente.

É frequente que o abusador intra-familiar pratique atos sexuais intrusivos que deixem, na criança, sequelas físicas e emocionais (Quadara et al., 2015; Sequeira, 2013). Num estudo português, contudo, concluiu-se que eram os abusadores extra-familiares que mais

frequentemente recorriam a atos fisicamente mais intrusivos (i.e., penetração ou tentativa de penetração vaginal e/ou anal) (Taveira et al., 2009).

Habigzang et al. (2005) concluíram que, em 77 casos de abuso sexual infantil intra-familiar, os atos de violência sexual mais comuns foram: tocar o corpo da criança (39%), penetração vaginal (28.6%), remover as roupas da criança (27.3%), penetração anal (24.7%), sexo oral (19.5%), exibição das genitais à criança (15.6%), assédio (14.3%), masturbação da vítima pelo agressor e vice-versa (13%) e obrigar a vítima a assistir a atividades sexuais do abusador com outrém (10.4%).

Relativamente ao uso da força, o abusador intra-familiar tende a utilizá-la sobretudo quando a vítima é uma criança mais velha (12-14 anos) (Fisher & MacDonalds, 1998, cit. por Sequeira, 2013), sendo mais comum, em geral, que recorra à violência emocional (e.g., ameaças) do que à física (Rice & Harris, 2002; Taveira et al., 2009).

De modo geral, o perpetrador costuma iniciar o abuso subtilmente (e.g., presentes, carícias), e vai desenvolvendo os atos à medida que conquista a confiança da vítima. A partir do momento em que a criança se começa a aperceber da anormalidade dos atos, o abusador inverte os papéis, culpabilizando-a e desculpabilizando-se (e.g., por ter aceite os presentes e as carícias) (Nakatani, 2012).

De acordo com Smallbone e Wortley (2001), as estratégias coercivas mais empregues por abusadores intra-familiares para levar a criança a “participar” na atividade sexual são: tocar a criança de modo não sexual (55%), dar atenção (não sexual) à criança (50.6%) e elogiá-las (45.6%).

Alguns estudos revelam que os intra-familiares são frequentemente sujeitos que assumem um papel de cuidador para com a criança mas sem laços biológicos com esta, sendo o padrasto o mais comum (Milner, 1998). No entanto, outros nomeiam, para além deste, o pai da criança (Furlan et al., 2011; Romero, 2007).

Ainda que o pai como abusador e a filha como criança vitimizada seja considerada a forma de abuso sexual infantil intra-familiar mais comum por muitos autores (Baptista et al., 2008; Quadara et al., 2015), algumas pesquisas sugerem que casos em que o irmão (i.e., biológico ou adotado) é o perpetrador do abuso encontram percentagens semelhantes ou até superiores de prevalência (com vítimas de ambos os sexos, embora as raparigas sejam mais vitimizadas) (Furlan et al., 2011; Morrill, 2014; Quadara et al., 2015; Stathopoulos, 2012).

De facto, um estudo contando com quase três mil jovens (i.e., entre os 18 e os 24 anos) concluiu que, daqueles que tinham sido vítimas de abuso sexual na infância, 43% tinham tido um irmão como o perpetrador (McVeigh, 2003, cit. por Stathopoulos, 2012). Resultados

semelhantes foram obtidos por Shaw, Lewis, Loeb, Rosado e Rodriguez (2000, cit. por Stathopoulos, 2012) – numa amostra de 51 crianças que experienciaram abuso sexual, cerca de metade apontaram o irmão como o autor.

Em grande parte devido à proximidade (i.e., emocional e/ou física) inerente à relação entre irmãos, o irmão abusador está a cometer uma forma de abuso oportunista (Stathopoulos, 2012). Segundo o mesmo autor, é comum que estes abusadores apresentem comportamentos sexuais problemáticos, que por sua vez poderão ter resultado de experiências de vitimização que os próprios testemunharam ou experienciaram (e.g., abuso sexual, físico).

Contudo, o abuso sexual infantil perpetrado por irmãos é das formas de abuso sexual menos denunciadas (Morrill, 2014) e, portanto, mais invisíveis, sendo difícil calcular a sua prevalência. Apesar dos estudos existentes indicarem que se trata de uma forma bastante comum de abuso sexual infantil, existe necessidade de analisar mais aprofundadamente o impacto do mesmo na vítima, abusador e família envolvida (Stathopoulos, 2012).

2.2.2. O abusador sexual extra-familiar

Apesar de a maioria dos abusadores sexuais de crianças serem membros familiares e/ou pessoas próximas da criança, existe também o perigo de que amigos e conhecidos da família, vizinhos, e até mesmo estranhos, possam abusar e explorar sexualmente crianças (Crosson-Tower, 2005).

Na literatura, denota-se que investigações unicamente acerca de abusadores sexuais extra-familiares como vizinhos, conhecidos e amigos da família ou sujeitos desconhecidos, são limitadas comparativamente às que se focam no abusador intra-familiar ou em abusadores que assumem uma posição de autoridade nas várias instituições onde as crianças se inserem (e.g., igrejas, escolas, clubes e associações desportivas, orfanatos, etc) (Bolen, 2002; Quadara et al., 2015).

De acordo com Finkelhor (2009), apenas 14% das crianças são sexualmente abusadas por um completo desconhecido, enquanto cerca de 60% são vitimizadas por sujeitos que, embora não se incluam no seu círculo familiar ou socioafetivo, são conhecidas da criança (e.g., vizinhos, amigos ou conhecidos dos pais, etc). Bolen (2002) concorda, alegando que a vasta maioria do abuso sexual infantil é perpetrado por alguém que a criança conhece. Outros estudos, como o de Taveira et al. (2009), obtiveram a mesma conclusão, tendo verificado que, nos casos de abuso extra-familiar, o perpetrador era mais frequentemente um vizinho ou amigo da família do que um desconhecido.

Embora a maioria dos autores revele que os casos mais comuns de abuso sexual infantil são intra-familiares, como já anteriormente discutido, existem algumas investigações que concluem o contrário. Por exemplo, num estudo acerca da prevalência do fenómeno do abuso sexual infantil, de Godbout, Sabourin e Lussier (2009, cit. por Jorge, 2010), mais de metade dos participantes tinham sido abusados por um desconhecido.

É importante ter em conta que a “tática” de muitos abusadores sexuais extra-familiares mudou, relativamente ao século passado. Ou seja, numa era pré-internet, a única maneira que tinham de aliciar potenciais vítimas era de ir pessoalmente à procura de crianças. Atualmente, visto que muitas crianças utilizam a *internet*, muitos destes abusadores recorrem a este cómodo método para conhecer e aceder a crianças (Crosson-Tower, 2005). A autora reconhece que as crianças são um grupo vulnerável a este abuso, independentemente do tipo de contacto que o perpetrador estabelece com elas (i.e., pessoalmente ou pela *internet*).

Nesta linha de pensamento, de acordo com Smallbone e Wortley (2001), a estratégias de vários abusadores extra-familiares consistia em, previamente ao abuso, tornar-se amigo dos pais ou cuidadores da criança que queriam vitimizar (44.4%). Relativamente a estratégias para levarem a criança a participar nas atividades sexuais abusivas, no estudo dos autores mencionados, a maioria dos abusadores extra-familiares focavam-se em dar muita atenção à criança (55.9%) para que ela desse o seu “consentimento”, outros tocavam a criança cada vez mais, de forma não sexual (54.2%) e outros começavam com toques não-sexuais passando, progressivamente, para toques sexuais (49.2%) (Smallbone & Wortley, 2001).

De acordo com a meta-análise de Seto et al. (2015), o abusador extra-familiar tende a possuir uma orientação sexual homossexual ou bissexual, ao contrário dos intra-familiares, que tendem a ser heterossexuais. O estudo já mencionado de Smallbone e Wortley (2001) chegou à conclusão de que os abusadores extra-familiares e os *mixed* (i.e., intra e extra-familiares) possuíam mais tendência a revelar essas orientações sexuais (i.e., homossexualidade ou bissexualidade) do que os intra-familiares, ainda que a maioria revelasse ser heterossexual.

Ao contrário do intra-familiar, que tende a vitimizar raparigas, o extra-familiar vitimiza mais frequentemente rapazes, conforme alegado por Quadara et al. (2015) e Sánchez-Meca, Rosa-Alcázar e López-Soler (2011).

Vários autores sugerem que os abusadores extra-familiares tendem a vitimizar crianças mais velhas do que os intra-familiares (Sánchez-Meca, Rosa-Alcázar & López-Soler, 2011; Sequeira, 2013; Seto et al., 2015; Taveira et al., 2009). Assim, Sánchez-Meca, Rosa-Alcázar e

López-Soler (2011) referem ser comum que estes abusadores vitimizem rapazes que tenham por volta de 11/12 anos de idade.

Seto et al. (2015) revelam que os abusadores extra-familiares tendem a ser mais novos e a começar a abusar sexualmente de crianças mais cedo do que os intra-familiares; por outro lado, apresentam menos tendência a ser casados ou viver em união de facto do que os intra-familiares.

Uma vez que tendem a optar por vítimas com idade mais avançada, recorrem mais comumente ao uso de violência física durante o abuso sexual do que os abusadores intra-familiares. Neste sentido, no estudo de Taveira et al. (2009), verificou-se que, no momento do ato abusivo, a maioria dos ofensores extra-familiares recorriam à violência física (40.8%), enquanto 13.9% tentavam obter o “consentimento” da criança, 11.9% aliciavam-na com guloseimas e dinheiro, etc.

Ainda, Taveira et al. (2009) descobriram que, comparativamente aos intra-familiares, estes abusadores tendem a perpetrar atos abusivos mais intrusivos (e.g., manipulação genital, tentativa ou prática de penetração anal ou vaginal).

Também divergente dos intra-familiares é a duração do abuso; no caso do extra-familiar, é comum que o abuso dure menos tempo e que ocorra noutros locais que não o lar da vítima (Quadara et al., 2015; Seto et al., 2015), assim como o número de vítimas, sendo que os extra-familiares tendem a abusar de mais crianças do que os intra-familiares (Looney, 2007; Seto et al., 2015).

2.3 Experiências de abuso sexual na infância

A experiência de abuso(s) (i.e., físico, sexual) durante a infância, especialmente se tiver sido intra-familiar, consiste num dos fatores de risco para prática de ofensas sexuais na idade adulta mais documentados na literatura (Hanson & Slater, 1988; Jespersen, Lalumière & Seto, 2009; Salter et al., 2003).

Segundo Jesus (2006), investigações indicam que, em cada oito crianças que foram sexualmente abusadas, uma repetirá esse comportamento na idade adulta.

A meta-análise de Jespersen, Lalumière e Seto (2009) comparou a existência de historial de abuso sexual infantil em ofensores sexuais e noutros tipos de ofensores, concluindo que este era significativamente mais prevalente em ofensores sexuais. Verificaram ainda que os ofensores sexuais que vitimizaram crianças tinham mais experiências de abuso sexual na infância do que ofensores sexuais que vitimizaram adultos (i.e., em 15 estudos, 12

concluíram uma menor prevalência destas experiências no grupo dos ofensores adultos), algo que Simons, Wurtele e Durham (2008) corroboraram no seu estudo comparando violadores de adultos com abusadores sexuais de crianças.

Hanson e Slater (1988) realizaram uma análise que incluiu 18 estudos com ofensores sexuais infantis condenados, concluindo que 33% preenchiam o critério de uma definição alargada de abuso sexual infantil (i.e., qualquer tipo de contato sexual com uma pessoa mais velha), e 23% uma definição mais restrita de abuso (i.e., ter sido forçado a contato sexual com adulto). Além disso, verificaram ser mais provável encontrar um historial de abuso sexual em abusadores sexuais infantis que ofenderam contra rapazes (35%) do que naqueles que vitimizaram raparigas (18%); mas são aqueles que abusam de ambos os géneros que possuem mais frequentemente esse historial (66.7%).

Glasser, Kolvin, Campbell, Glasser, Leitch e Farrelly (2001) procederam a uma análise retrospectiva com dados resultantes de uma clínica de psicoterapia forense, contando com 843 indivíduos, dos quais 747 eram homens. Os resultados demonstraram que 35% dos sujeitos que tinham perpetrado abuso sexual contra crianças tinham sido abusados sexualmente em criança (79 em 221). De todos os sujeitos que foram vítimas de abuso sexual infantil (135), 59% tornaram-se perpetradores desse abuso (79).

Os autores anteriores alegam ainda que o abuso sexual na infância por uma mulher constitui um fator de risco para que os rapazes se tornem ofensores sexuais infantis, embora não especifiquem se o tipo de relação desta com a vítima (i.e., intra ou extra-familiar) exerce alguma influência.

Investigações têm sugerido que a existência de experiências de abuso sexual na infância constitui um dos aspetos que podem explicar o motivo pelo qual o abusador intra-familiar ofende (e.g., os ofensores voltam-se para atos sexuais com crianças de modo a satisfazer os seus desejos sexuais e/ou emocionais possivelmente porque alguns deles foram vítimas de abuso sexual). Isto é, que algumas famílias exibem padrões intergeracionais de abuso sexual intra-familiar, em que as crianças vitimizadas crescem e se tornam, elas próprias, perpetradoras desse abuso para com os filhos, enteados, etc (Faller, 1989; Seto et al., 2015).

Na sua meta-análise, Seto et al. (2015), na qual analisaram 78 estudos (contando com um total de 6605 abusadores sexuais intra-familiares e 10573 extra-familiares), verificaram que os ofensores intra-familiares tinham mais frequentemente um historial de abuso sexual na infância, assim como de outros tipos de abuso intra-familiar.

No estudo já discutido de Smallbone e Wortley (2001), a mesma conclusão foi obtida, com os abusadores intra-familiares a declararem mais frequentemente experiências de abuso

sexual infantil (57.7%) do que os extra-familiares (53.3%), embora se trate de uma diferença ligeira.

Hanson e Slater (1988) também verificaram que os ofensores intra-familiares tinham mais comumente historial de abuso sexual na infância, mas com uma diferença mínima relativamente aos extra-familiares (26% dos intra-familiares e 24% dos extra-familiares).

Já Sullivan, Beech, Craig e Gannon (2011), não encontraram diferenças entre intra-familiares e extra-familiares relativamente a experiências de abuso sexual. Ao compararem profissionais que tinham perpetrado abuso sexual em crianças com quem trabalhavam (e.g., em igrejas, escolas, etc) com abusadores intra-familiares e com abusadores extra-familiares, concluíram que 15% dos profissionais, 18% dos intra-familiares e 18% dos extra-familiares tinham sofrido abuso sexual infantil.

Salter et al. (2003) chegaram à conclusão de que possuem mais probabilidade de se tornar abusadores sexuais de crianças, no futuro, rapazes que foram sexualmente abusados por familiares do sexo feminino, comparativamente àqueles cujos perpetradores foram familiares do sexo masculino ou pessoas desconhecidas.

Os mesmos autores acrescentam que alguns outros fatores que parecem influenciar a relação entre experiências de abuso sexual e cometimento do crime são a rejeição emocional por parte dos pais, experienciar e testemunhar violência física (e.g., violência doméstica do pai contra outros membros da família), negligência parental.

É, portanto, difícil determinar se as experiências de abuso sexual infantil possuem uma associação única com o cometimento de crimes sexuais, uma vez que, em muitos casos, o historial de abuso sexual faz-se acompanhar de outras experiências árduas na infância daquele indivíduo. Ainda, geralmente, ofensores sexuais demonstram outro tipo de problemas comportamentais, tais como abuso de substâncias e prática de outro tipo de crimes (Jespersen, Lalumière & Seto, 2009; Thomas et al., 2013).

Ainda que as crianças vítimas de abuso tenham mais probabilidade de vir a reproduzir a agressão à qual foram submetidas, há que evitar ter uma visão determinista (Romero, 2007), e ter em conta que a maioria das crianças vítimas de abuso sexual infantil não se torna perpetradora (Salter et al., 2003). Uma vez que a maioria das vítimas de abuso sexual infantil não repetem o crime à qual foram sujeitas, é importante examinar o papel desempenhado por outros fatores na relação entre experiências de abuso sexual e cometimento do crime.

Não obstante o já referido, importa ter em consideração que alguns ofensores participantes em estudos no âmbito poderão alegar, falsamente, ter experienciado abuso sexual na infância de maneira a receber atenção e/ou compaixão (Wood, Grossman &

Fichtner, 2000). Por outras palavras, existe a probabilidade que ocorra esta manipulação por parte dos sujeitos, sendo difícil contorná-la em investigações que se baseiam em auto-relatos dos ofensores acerca destas experiências de abuso.

2.4. Distorções cognitivas

Um aspeto que tem vindo a ser bastante estudado na população de ofensores sexuais são as distorções cognitivas (Pereira, 2007; Vieira, 2010). Estes apresentam com frequência um historial de pensamentos negativos auto-perpetuados que vão influenciar o seu comportamento, desenvolvendo o indivíduo um modo distorcido de ver a vida. Esse funcionamento cognitivo vai, assim, possibilitar a racionalização, justificação e minimização dos atos que praticam, verificando-se vulgarmente um sentimento de “direito” a praticar esses atos (Flora, 2001, cit. por Pereira, 2007).

Moura e Koller (2008) definem distorções cognitivas como crenças disfuncionais e desadaptadas que estão relacionadas com o modo como o sujeito se vê a si próprio, aos outros e ao mundo. Logo, importa distingui-las da mentira, sendo esta última um modo deliberado e intencional de descrever os factos, enquanto as distorções cognitivas consistem num modo distorcido de ver o mundo (Pereira, 2007).

No contexto de abusadores sexuais infantis, Marshall, Marshall e Kingston (2011) explicam-nas como “pensamentos, perceções crenças e ideias que se acreditam constituir obstáculos relativamente ao ofensor assumir responsabilidade pelos seus crimes” (p. 118), havendo consenso na literatura de que essas distorções cognitivas agem como facilitadoras da ofensa sexual (Blake & Gannon, 2008).

Alguns estudos sugerem que perpetradores de abuso sexual infantil demonstram um vasto número de distorções cognitivas, tais como a racionalização, justificação, minimização, etc (Blake & Gannon, 2008; Pereira, 2007; Hayashino, Wurtele & Klebe, 1995; Milner, 1998; Navathe, Ward & Gannon, 2008, cit. por Thomas et al., 2013).

Como lido em Gannon, Wright, Beech e Williams (2006), um abusador sexual que vitimizou uma rapariga de 13 anos, afirmou, a respeito do crime, que “Não sei ao certo o motivo pelo qual ela contou. Não foi por não ter gostado. Ela gostou tanto como eu” (p. 5). Tal como o abusador citado, muitos outros tentam justificar o crime cometido, alegando que a criança desejava o ato sexual e que gostou, que a experiência foi educacional para a mesma, que o ato foi um modo de expressar o seu carinho por ela, etc (Milner, 1998; Vieira, 2010).

De acordo com Ó Ciardha e Gannon (2011), quando falamos em distorções cognitivas, é importante entender como estas surgem. Portanto, há que ter em consideração três conceitos: estruturas cognitivas, processos cognitivos e produtos cognitivos, os quais se passam a clarificar.

Assim sendo, as estruturas cognitivas são as crenças, esquemas, *scripts* e teorias implícitas às quais os sujeitos recorrem de maneira a interpretar o mundo à sua volta. Por exemplo, um abusador sexual infantil pode ter como teorias implícitas o facto de o abuso sexual ser benéfico para a criança e não ter consequências nocivas na mesma, que as crianças também possuem o direito a obter prazer e satisfação sexual, etc. Os processos cognitivos referem-se ao processamento e interpretação da informação pelo indivíduo, para os quais este se vai servir das suas estruturas cognitivas. Como resultado da interação entre as estruturas cognitivas e os processos cognitivos, nascem pensamentos, conceitos e comportamentos, isto é, surgem produtos cognitivos (Ó Ciardha & Gannon, 2011).

Sendo as estruturas, processos e produtos cognitivos elementos em interação, os mesmos autores defendem que “cognições problemáticas podem emergir de cada nível dessa interação” (p. 132), isto é, cognições que poderão agir como facilitadoras do ato criminoso.

Ó Ciardha e Gannon (2011) afirmam que são as estruturas cognitivas ou os processos cognitivos que poderão desempenhar um papel fulcral no que toca ao comportamento criminoso, e não os produtos cognitivos (e.g., as desculpas, minimizações e justificações que poderão emergir após o cometimento do crime), já que estes últimos são produtos superficiais resultantes de crenças, esquemas e teorias implícitas que se encontram entranhadas no indivíduo. As teorias implícitas podem servir para distorcer a informação percebida, de modo a torná-la coerente com as crenças do que o indivíduo possui (Vieira, 2010).

Sobre os processos cognitivos, Pereira (2007) revela que o abusador sexual poderá perceber a informação de uma maneira desadaptada, de acordo com as suas crenças, e que é isso que os precipita a agredir sexualmente. Os processos envolvidos nessas crenças podem ser detetados através da forma como estes lidam com a informação processada: ao minimizar as atitudes que têm e consequências destas; justificando o comportamento em termos de moralidade; deslocando a sua responsabilidade através da desvalorização da vítima, etc.

Como é possível entender através do que já até aqui foi explanado, as distorções cognitivas englobam diversos domínios da interpretação/significado da realidade, o que faz com que sejam importantes para a compreensão do funcionamento dos abusadores sexuais. Não se pretende passar a ideia de que as distorções cognitivas sejam a causa direta do comportamento sexual desviante do abusador sexual, mas sim que este as utiliza como um

“meio” para justificar o seu comportamento, que serve para manter esse mesmo comportamento (Pereira, 2007).

De acordo com Blake e Gannon (2008), ofensores sexuais de crianças demonstram um número significativamente superior de distorções cognitivas comparativamente a indivíduos em *community control* (i.e., um tipo de liberdade condicional), dos quais são exemplos o facto de considerarem que as crianças vitimizadas desejavam relação sexual com adultos e que o abuso não teria consequências nocivas na criança. Porém, em muitos casos, não é claro se as distorções cognitivas precedem o crime, agindo como facilitadoras, ou se surgem após a condenação, como forma de defesa (Hayashino, Wurtele & Klebe, 1995; Wood, Grossman & Fichtner, 2000).

Outros estudos, por outro lado, não acusam a presença de distorções cognitivas em ofensores sexuais de crianças (Gannon, Wright, Beech & Williams, 2006; Moura & Koller, 2008).

A respeito das crenças enraizadas que facilitam o cometimento do crime (i.e., estruturas cognitivas abordadas por Ó Ciardha e Gannon (2011), já mencionadas anteriormente), alguns estudos indicam que estas constituem fatores de risco no que toca à ofensa de abuso sexual infantil intra-familiar. Por exemplo, no estudo de Wakeling, Webster, Moulden e Marshall (2007), no qual foram entrevistados sujeitos que abusaram sexualmente das filhas e enteadas, a maioria possuía distorções cognitivas que facilitaram o crime.

Outros estudos, como o de Pereira (2007), não encontraram diferenças entre os abusadores intra e extra-familiares no que toca à presença de distorções cognitivas.

No entanto, grande parte dos estudos na literatura sugere que são os abusadores sexuais infantis extra-familiares que tendem a apresentar mais frequentemente distorções cognitivas, facilitadoras da ofensa sexual infantil, comparativamente aos intra-familiares (Hayshino, Wurtele & Klebe, 1995; Milner, 1998; Moura & Koller, 2008; Seto et al., 2015)

Hayshino, Wurtele e Klebe (1995) compararam a presença de distorções cognitivas em cinco grupos de sujeitos, estando os quatro primeiros grupos a cumprir pena de prisão: abusadores sexuais de crianças intra-familiares, abusadores sexuais de crianças extra-familiares, violadores, sujeitos condenados por crimes não-sexuais, e sujeitos em liberdade que não possuem histórico criminal relacionado a crimes sexuais. Foi determinado que os abusadores sexuais de crianças extra-familiares possuíam *scores* mais elevados de distorções cognitivas relativamente a todos os outros grupos, e que os intra-familiares não apresentavam diferenças significativas relativamente aos outros grupos nesta variável. Isto levou os autores a sugerirem que “as distorções cognitivas desempenham um papel mais importante nos

abusadores extra-familiares do que nos intra-familiares” (p. 114), aparentando estes primeiros possuírem uma maior necessidade de minimizar e justificar o crime.

Do mesmo modo, a recente meta-análise de Seto et al. (2015) concluiu que os abusadores extra-familiares demonstravam mais frequentemente atitudes e crenças facilitadoras da prática do crime do que os intra-familiares.

Importa esclarecer que as crenças distorcidas, presentes em alguns ofensores sexuais infantis, não se encontram somente relacionadas com as cognições. Além disso, pode encontrar-se, no indivíduo, uma série de dificuldades emocionais, como a existência de processos de empatia reduzidos, associadas à manutenção dessas crenças (Moura & Koller, 2008).

Seguindo esta linha de pensamento, Gannon e Polaschek (2005, cit. por Moura & Koller, 2008) alertam para a existência de outros processos, que não se encontram presentes durante a avaliação psicológica, e que são passíveis de influenciar diretamente a cognição do sujeito no momento do ato criminoso (e.g., excitação sexual, intoxicação devida a drogas e álcool, estado afetivo). Com isto, não é possível capturar, com certeza, as distorções cognitivas associadas ao ato de abuso sexual infantil no exato momento em que o crime ocorre.

Projeto de Investigação:

3. Objetivo e Problema de Investigação

Após tudo o que até aqui foi discutido sob a forma de revisão de literatura, configura-se que a problemática do abuso sexual de crianças constitui uma preocupação universal. Ainda que também existam bastantes estudos na literatura que se foquem no agressor nesta dinâmica abusiva, a maioria centra-se essencialmente na vítima e nas consequências que o abuso tem na mesma (Serafim et al., 2009).

Portanto, o objetivo geral deste projeto de investigação consiste em contribuir, embora de forma modesta, para a literatura nacional, ao proporcionar uma compreensão acerca do fenómeno do abuso sexual infantil, em particular acerca do perpetrador do abuso.

Visto que a tipologia que caracteriza o abusador sexual infantil de acordo com a relação com a vítima (i.e., em intra e extra-familiar) é das mais recorrentes na literatura e que, tal como tem sido aqui explorado, esses dois sub-tipos de abusador apresentam diferenças em múltiplos aspetos, revela-se a importância de se efetuar uma comparação entre ambos. A investigação efetuando tal comparação é ainda limitada, como já se constatou, mesmo a nível internacional, e ainda mais em termos nacionais.

Sugerindo a literatura que experiências de abuso sexual na infância e distorções cognitivas estão presentes em muitos abusadores sexuais infantis, e que alguns estudos indicam que o abusador sexual infantil intra e extra-familiar diferem nestes aspetos, considera-se relevante explorar tais aspetos.

Os objetivos específicos deste projeto de investigação consistem em caracterizar o abusador sexual de crianças intra-familiar e o extra-familiar em diversos aspetos, mas mais especificamente em relação à existência de experiências de abuso sexual na infância e de distorções cognitivas, dado que, segundo a literatura, estão presentes em muitos dos abusadores sexuais infantis e estudos sugerem existir diferenças em ambos os tipos de abusador.

O problema de investigação deste projeto, é, então, o seguinte:

- Existirão diferenças nos dois grupos de abusadores (grupo 1- intra-familiares e grupo 2- extra-familiares), em particular relativamente a distorções cognitivas e experiências de abuso sexual na infância?

4. Método

Assim como McNulty (2012), considera-se a metodologia de natureza qualitativa como a mais apropriada para adquirir um conhecimento honesto e profundo das interações entre comportamentos, contexto e interpretação de eventos que se julgam importantes aquando de um cometimento de uma ofensa sexual.

4.1. Participantes

Para a concretização deste projeto, serão necessários cerca de 30 participantes, obtidos por meio de um método de amostragem não probabilístico, por conveniência. Tratando-se de um estudo de cariz qualitativo, a amostra é mais reduzida do que em estudos quantitativos. Os participantes terão que ter sido julgados e condenados por abuso sexual de crianças de acordo com os termos do artigo 171º do Código Penal (Código Penal, 2013), encontrando-se a cumprir pena de prisão num Estabelecimento Prisional por esse crime.

Desses 30 participantes, 15 serão abusadores sexuais intra-familiares (i.e., que tenham ofendido contra criança da sua família biológica ou adotiva) e outros 15 serão extra-familiares (i.e., ofenderam contra criança fora do círculo familiar). Deste modo, amigos da família ou vizinhos consideram-se extra-familiares, já sujeitos que possuem uma relação amorosa com a mãe da criança (vivendo com esta ou não) são considerados intra-familiares.

Os participantes selecionados serão do género masculino, uma vez que apenas uma escassa minoria deste tipo de ofensa é cometida por mulheres, e terão apenas ter idade igual ou superior a 18 anos, não existindo limite máximo. Estes contribuirão para o presente projeto de investigação com a sua participação de livre vontade, assim como serão protegidos quaisquer dados que permitam a sua identificação, garantindo-se a confidencialidade e anonimato dos mesmos.

4.2. Instrumentos

A entrevista foi a técnica qualitativa de recolha de dados selecionada para efetuar o presente projeto, uma vez que a sua grande vantagem em relação a outras técnicas qualitativas é o facto de permitir a captação imediata e corrente da informação que se deseja (Lüdke & André, 1986, cit. por Oliveira, 2008). Visto que se procura analisar os abusadores intra e

extra-familiares em relação, principalmente, a experiências de abuso sexual na infância e distorções cognitivas, calcula-se que a entrevista seria o método mais adequado para chegar a uma mais aprofundada análise destas complexas variáveis e influência que poderão ter na conduta sexualmente abusiva. Em específico, pretende-se utilizar a entrevista semi-estruturada por proporcionar mais liberdade e flexibilidade ao entrevistador e entrevistado ao permitir que se elabore um guião semi-estruturado, no qual constam tópicos/perguntas previamente elaborados, mas ao qual se pode fazer modificações/remoções/adições durante a entrevista (Duarte, 2004). Por exemplo, é esperado que, no contexto de entrevista, as respostas dos entrevistados façam surgir novos questionamentos que não foram previstos pelo entrevistador mas que são pertinentes por possibilitarem uma melhor compreensão do fenómeno em questão (Duarte, 2004).

Assim, o instrumento a utilizar consistirá num guião semi-estruturado a ser utilizado aquando da entrevista com os participantes (ver Anexo I), sendo o mesmo baseado na revisão da literatura efetuada. Importa mencionar que alguns dos tópicos e questões elaboradas se baseiam no guião que McNulty (2012) utilizou no seu estudo junto de uma população de ofensoras sexuais femininas. Como já explanado, ressalta-se que novos tópicos poderão ser acrescentados no decorrer da entrevista, daí tratar-se de um guião semi-estruturado.

Como complemento pertinente, pré-entrevista, os participantes deverão responder a um pequeno grupo de questões acerca de dados gerais, tais como a sua idade, estado civil (à altura e à data dos factos), orientação sexual. Apesar de alguns autores sugerirem que os dados demográficos sejam recolhidos em último lugar, prefere-se aqui que sejam primeiramente recolhidos, tal como sugerido por Yeandle (1984, cit. por McNulty, 2012). Deste modo, calcula-se que os participantes fiquem mais relaxados durante a recolha de tais informações, ajudando tal para que estes se tornem mais confortáveis com o entrevistador antes de se abordar tópicos mais delicados.

Os tópicos abordados foram construídos com base na literatura revista, tendo existido a preocupação de começar por se abordar aqueles relativos à ofensa cometida para, só depois, se entrar no campo de possíveis históricos de vitimização sexual infantil. McNulty (2012) refere que, ao se entrevistar ofensores sexuais, se deve abordar assuntos que tenham a ver com possíveis abusos do qual foram vítimas, em último lugar. Caso fossem abordados em primeiro lugar poderiam influenciar as respostas dos sujeitos às questões relativas à ofensa cometida, pois poderiam utilizar o facto de terem sido vítimas de abusos como justificação para o crime cometido.

Ressalta-se que as questões constantes dos principais tópicos elaborados do guião são apenas um esboço para orientar o avaliador na situação de entrevista, não devendo ser seguido à risca.

4.3. Procedimentos

Primeiramente, ter-se-á que solicitar a autorização da Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP) para a recolha de dados no Estabelecimento Prisional selecionado, dando-se a informação de que se trata de um projeto de tese de Mestrado em Psicocriminologia de uma aluna do ISPA-IU. Informar-se-á também acerca do objetivo do mesmo, bem como do número e tipo de participantes que se pretendem para o estudo (i.e., um grupo de sujeitos condenados por abuso sexual de crianças em que a vítima era sua familiar, e outro grupo condenado pelo crime mas em que a vítima não era da família). Em termos do Estabelecimento Prisional escolhido, dá-se preferência ao E.P. da Carregueira devido a conter muitos reclusos condenados por ofensas sexuais.

Após essa autorização, os reclusos que preencham os requisitos necessários (i.e., homens condenados por abuso sexual de crianças que eram familiares biológicos ou adotivos e homens condenados por abuso sexual de crianças fora do círculo familiar) indicados pelos serviços da DGRSP serão contactados com vista a serem informados acerca do objetivo geral e procedimentos do estudo. Nesta altura, o entrevistador já estará a par daqueles que são intra-familiares e dos que são extra-familiares, devendo os mesmos estar organizados em diferentes grupos (e.g., uma sala com intra-familiares e outra com extra-familiares). O número de reclusos indicados deverá ser ligeiramente superior ao número que se pretende, uma vez que não existe a garantia de que todos desejem participar (i.e., visto que se pretendem cerca de 15 abusadores em cada grupo, o ideal seria que fossem indicados aproximadamente 25 de cada grupo). No contexto desse contacto, além do já referido, ressaltar-se-á a importância da participação de cada um para a realização e conclusão do presente projeto, bem como se garantirá o anonimato e confidencialidade dos dados que forem extraídos, a fim de proteger a sua identidade. Àqueles que aceitarem participar, pedir-se-á que leiam atentamente o protocolo de consentimento informado e, caso concordem, o assinem. Com isto, assumem a sua participação voluntária, assim como a compreensão dos objetivos da entrevista e do projeto em questão. No protocolo encontrar-se-á ainda a menção de que a entrevista será gravada, e que o sujeito poderá retirar a sua participação a qualquer momento sem que existam retaliações por tal.

Importa ressaltar a importância da divisão dos sujeitos em intra e extra-familiares, de modo incluir, na amostra, um número equilibrado de ambos os grupos de ofensores. Caso existam mais indivíduos dispostos a participar num dos grupos do que no outro, ainda que todos sejam entrevistados, serão escolhidos aleatoriamente, após recolhidos os dados, aqueles sujeitos cujos dados não serão considerados no estudo (e.g., caso existam 17 indivíduos no grupo dos intra-familiares e apenas 12 no grupo dos extra-familiares, cinco dos intra-familiares serão, aleatoriamente, excluídos).

Para a realização das entrevistas individuais, que deverão durar entre uma a duas horas cada, contar-se-á com o guião já referido, sendo que a concretização das cerca de trinta entrevistas dependerá da disponibilidade oferecida pelo Estabelecimento Prisional.

O *setting*, como já mencionado, terá que ser o Estabelecimento Prisional, que se encarregará de tornar disponível um espaço para as mesmas. Este espaço deverá ser o mais calmo possível, tornando possível a realização das entrevistas sem interrupções ou demais inconvenientes. Se autorizado pelo Estabelecimento, no *setting* encontrar-se-ão apenas o entrevistador e o participante, pedindo-se que o guarda prisional se encontre do lado exterior da porta do espaço onde a mesma se realiza, uma vez que a presença deste poderá afetar as respostas dos entrevistados.

Antes da entrevista, que serão gravadas em áudio conforme autorização prévia do entrevistado, garantir-se-á o bom funcionamento do gravador utilizado para a recolha dos dados, de modo a ter-se a certeza de que este está apto para gravar as entrevistas com qualidade. Após o término da mesma, agradecer-se-á a participação do indivíduo pelo seu tempo e participação no projeto, ressaltando-se, novamente, a importância da sua contribuição, assim como se deixará o mesmo à vontade para fazer qualquer questão ou comentário.

Recolhidos todos os dados com as entrevistas, o próximo passo consiste na transcrição, na totalidade, das mesmas. Seguindo-se a sugestão de Jones (1985, cit. por McNulty, 2012), escutar-se-á todas as entrevistas pelo menos duas vezes antes da transcrição. Os autores recomendam tal procedimento devido ao facto de a primeira vez se destinar a provocar no entrevistador uma ideia geral das entrevistas realizadas, enquanto ouvi-la uma segunda vez permite que se capte uma visão mais detalhada da vária informação conseguida.

Após se ouvir cada entrevista atentamente por pelo menos duas vezes, proceder-se-á, então, à transcrição destas a partir de um programa de análise de dados qualitativos, como o *NVIVO*, que é bastante utilizado para organizar e analisar entrevistas. Este permite a transcrição de registos em formato de áudio e vídeo para texto, possibilitando ainda a análise

do conteúdo através da organização e categorização dos dados recolhidos (Stanford University, 2011).

5. Resultados esperados

Relembrando que o objetivo geral de investigação do presente projeto recai sobre a análise do abusador sexual infantil e que os objetivos específicos consistem em caracterizar o abusador sexual de crianças intra-familiar e o extra-familiar em vários aspetos, mas principalmente relativamente a experiências de abuso sexual na infância e distorções cognitivas, proceder-se-á à apresentação dos resultados esperados de acordo com o que consta na literatura relevante. Para uma melhor organização, estes serão apresentados seguindo a estrutura dos tópicos que foram criados para a entrevista semi-estruturada (ver anexo I).

Relativamente à idade, estado civil à data dos factos e orientação sexual, conta-se que os abusadores extra-familiares fossem mais novos do que os intra-familiares à data do crime, que existam mais sujeitos casados ou em união de facto no grupo dos intra-familiares do que nos extra-familiares, e que a maioria dos sujeitos de ambos os grupos reporte uma orientação heterossexual. No caso de existirem sujeitos homossexuais ou bissexuais, prevê-se que sejam em maior número nos extra-familiares.

No que diz respeito ao tópico relativo ao crime pelo qual estão a cumprir pena e respetivo contexto, esperar-se-ia que ambos os grupos de abusadores apresentassem algumas diferenças, que se passam a referir. Seria exetável que se encontrasse vítimas mais novas e do género feminino entre os intra-familiares em relação aos extra-familiares, e que os extra-familiares vitimizassem crianças mais velhas e do género masculino. No grupo dos intra-familiares, era esperado que a maioria dos entrevistados fossem o pai ou o padrasto da criança e nos extra-familiares, que conhecessem a criança, pelo menos superficialmente (e.g., fossem vizinhos, amigo dos pais, etc), em vez de terem abusado de uma criança completamente desconhecida. Esperar-se-ia que, no grupo dos intra-familiares, a maioria tivesse abusado da criança por mais do que uma vez e que os atos tenham decorrido no seu lar e que, no caso dos extra-familiares, tenham abusado uma só vez da vítima e este tenha sido perpetrado noutra local. Em respeito ao tipo de atos abusivos que foram perpetrados, estima-se que os mais intrusivos (e.g., manipulação genital, penetração vaginal ou anal) seriam mais frequentemente encontrados no grupo dos intra-familiares, embora também existam estudos que revelem que estes são mais frequentes nos extra-familiares. No que concerne o uso de vários tipos de violência (i.e., física, emocional, psicológica), espera-se que a violência física tenha sido mais

comum por parte do grupo dos abusadores extra-familiares e a emocional e/ou psicológica (e.g., ameaças, manipulação) pelos intra-familiares.

Já em relação ao tópico das relações de poder e estratégias/táticas coercivas utilizadas para cometer o crime, no caso dos intra-familiares, espera-se que tenha sido mais fácil, para os mesmos, aceder à criança e manter o abuso em segredo do que para os extra-familiares. É esperado que as táticas empregues para ganhar a confiança da vítima e aquelas usadas para a levar a participar nos atos sexuais, tenham sido mais subtis no caso dos intra-familiares (dado estarem inseridos no mesmo seio familiar e, em muitos casos, já possuírem a confiança da vítima) do que no caso dos extra-familiares.

No tópico que engloba as crenças relacionadas com a prática de abusos sexuais, esperar-se-ia que estas fossem mais frequentes nos extra-familiares do que nos intra-familiares, demonstrando esses primeiros mais tendência a possuir distorções cognitivas facilitadoras da ofensa sexual.

Em respeito a possíveis perpetrções de abusos sexuais infantis prévios, também se esperam encontrar divergências nos dois tipos de abusador, designadamente que exista um maior número de extra-familiares a reportar vítimas anteriores do que intra-familiares. Ainda, é expetável que os intra-familiares tenham começado mais tarde, na sua vida, a abusar de crianças comparativamente aos extra-familiares.

Finalmente, em relação a historiais de vitimização sexual na infância, esperar-se-ia que os abusadores intra-familiares revelassem mais experiências deste tipo do que os extra-familiares.

6. Proposta de Discussão

Mais uma vez, sublinha-se que o geral objetivo do presente projeto consiste em analisar o abusador sexual infantil, e que os objetivos específicos recaem sobre a comparação de dois grupos desses abusadores – os intra-familiares e os extra-familiares, em particular acerca de experiências de abuso sexual infantil e distorções cognitivas. Com isto, espera-se contribuir para um maior conhecimento e esclarecimento das diferenças existentes nestes dois tipos de abusador sexual de crianças. Para tal, as entrevistas dos participantes seriam analisadas, tentando-se, através dos dados recolhidos, compreender as divergências existentes entre ambos os grupos e se estas corroborariam a informação que consta na literatura.

A partir dos resultados esperados, espera-se ser possível confirmar aquilo que a literatura focada neste fenómeno sugere – que, apesar de ambos os grupos serem ofensores

sexuais infantis, apresentam significativas diferenças e que o reconhecimento de tais diferenças contribui para que se intervenha de modo adequado junto desta população de agressores sexuais.

Os ofensores sexuais de crianças constituem uma população criminal que é clínica e teoricamente diferente dos ofensores sexuais de adultos. Ainda que ambos os sub-tipos de agressores sexuais tenham atentado contra a autodeterminação sexual de outro ser-humano, a literatura tem provado que os conhecimentos, avaliação e intervenção relativo a cada um deles não devem ser aplicados ao outro, destacando-se, portanto, a importância de ter em consideração qual o objeto da agressão (i.e., uma criança ou um adulto) (Looney, 2007).

Porém, até entre os ofensores sexuais de crianças se encontra heterogeneidade, não se podendo afirmar que é um grupo homogêneo apenas porque todos agrediram sexualmente uma criança (Looney, 2007). Como foi abordado anteriormente neste projeto, ainda que existam diversas tipologias que dividem estes ofensores, uma das mais recorrentes na literatura é a divisão de acordo com a relação com a vítima – em intra-familiar e extra-familiar (Camillieri & Quinsey, 2008). Segundo Looney (2007), estudos têm sugerido que, de um modo geral, o abusador intra-familiar é um sujeito que prefere manter atividade sexual com adultos mas que comete o crime devido a conveniência/oportunidade, sendo comumente o resultado de dinâmicas familiares disfuncionais. O próprio ofensor pode ter experienciado na infância alguma disfuncionalidade familiar e repetido o padrão na sua família, algo que será abordado mais adiante ao discutir-se as experiências de abuso sexual nestes abusadores. No caso dos extra-familiares, o mesmo autor explana que tal crime pode derivar de uma preferência sexual por crianças que tem início na adolescência do perpetrador, daí ser esperado, neste projeto, que o extra-familiar fosse mais novo à data do crime do que o intra-familiar. Neste sentido, Marshall, (cit. por Looney, 2007), através de testes de falometria¹, concluiu que abusadores sexuais infantis extra-familiares apresentam um nível de excitação por crianças que é superior àqueles apresentados pelos intra-familiares ou por outros grupos de ofensores sexuais.

Visando proporcionar uma melhor organização e leitura desta proposta de discussão dos resultados esperados, adiante discutir-se-á, primeiramente, aqueles relacionados com o

¹ Testes de falometria ou pletismografia peniana descrevem um método que avalia a estimulação sexual nos homens de modo a determinar a sua orientação ou preferência sexual. A técnica envolve a medição precisa da mudança circunferencial no pénis, desde a flacidez à ereção completa, em resposta aos estímulos sexuais “normais” e desviantes aos quais é exposto (e.g., fotografias, vídeos, áudio com conteúdos sexualmente sugestivos). Este não é utilizado em Portugal, sendo maioritariamente usado em países como os E.U.A. ou Canadá, onde são considerados controversos (Paulino, 2003).

grupo dos abusadores intra-familiares e, seguidamente, os que dizem respeito aos abusadores extra-familiares.

Devido a grande parte dos abusadores sexuais infantis intra-familiares, segundo o que consta na literatura, serem o próprio pai ou padrasto da vítima (Baptista et al., 2008; Furlan et al., 2011; Milner, 1998; Quadara et al., 2015; Romero, 2007; Taveira et al., 2009), esperar-se ia corroborar estes resultados. Tendo em conta esta tendência, parece razoável que se esperasse que a maior parte dos participantes no grupo dos intra-familiares revelasse ser casado ou a viver em união de facto à data do crime, tal como apontado por Seto et al. (2015). Contudo, não seria admirável encontrar participantes cuja vítima tivesse sido a irmã, visto o irmão como perpetrador ser referido, em vários estudos, como frequente entre os abusadores intra-familiares, exibindo estes uma preferência, tal como a generalidade do abusador sexual infantil, por raparigas (Morrill, 2014; Quadara et al., 2015). Quando se encontram casos em que o irmão, adulto, abusa sexualmente do outro, ainda uma criança, Stathopoulos (2012) argumenta que este poderá ter sido, ele próprio, vítima de abuso sexual e/ou físico, tendo desenvolvido a partir daí uma conduta sexual problemática. Num estudo comparando pais ofensores com irmãos ofensores, Rudd e Herzberger (1999, cit. por Tidefors et al., 2010) verificaram que o período de duração do abuso é inferior quando os irmãos são os perpetradores, o que é atribuído ao facto de, sendo mais velhos do que a criança que vitimizam, os episódios abusivos terminarem quando o irmão abandona o lar da família.

Tendo em vista a intimidade inerente ao contexto familiar, não é surpreendente que se espere uma tendência, por parte dos abusadores intra-familiares, a terem vitimizado por várias vezes a mesma criança, que o abuso tenha ocorrido no lar de ambos, que estes tenham tido fácil acesso à vítima e facilidade em manter o abuso em segredo, bem como que tenham recorrido a estratégias mais subtis para a coagirem a participar nas atividades sexuais e que tenham perpetrado atos sexuais intrusivos (e.g., penetração/tentativa de penetração anal ou vaginal, manipulação genital). A intimidade que resguarda as famílias e a relação de domínio vs submissão existente entre adultos e crianças facilita o abuso por parte do perpetrador intra-familiar, que se aproveita da vulnerabilidade e imaturidade da criança (Machado, 2013). De modo geral, a criança vitimizada possui um vínculo afetivo com o perpetrador, muitas das vezes o seu pai (Furlan et al., 2011), o que torna difícil, para a mesma, divulgar o abuso a outros membros da família e/ou exteriores a esta, até porque possui sentimentos ambivalentes em relação à situação – por um lado nutre afeto pelo familiar, por outro sofre com os atos abusivos que este em si perpetra (Habigzang et al., 2005; Nakatani, 2012). De acordo com Wakeling et al. (2007), estes abusadores encorajam a mãe da criança a deixá-la em seu

cuidado, o que proporciona diversas oportunidades para a ofensa. A criança, que tende a ser de tenra idade (Baptista et al., 2008; Habigzang et al., 2005; Pereira, 2007; Quadara et al., 2015) recebe atenção, carícias e presentes por parte do abusador, atitudes que as crianças esperam da parte de familiares carinhosos, não se apercebendo das intenções abusivas do familiar. Porém, quando a mesma se começa a aperceber da anormalidade dos seus atos, o abusador inverte os papéis nesta dinâmica, atribuindo as culpas à criança (Nakatani, 2012).

Acrescentando ao que foi discutido no anterior parágrafo o facto de tenderem a vitimizar crianças mais novas do que os extra-familiares, parece justificável que se espere, no presente projeto, que os intra-familiares sejam mais adeptos de violência psicológica e/ou emocional junto das vítimas do que física, tal como indicam os estudos de Taveira et al. (2009) e de Rice e Harris (2002). Isto é, que recorram mais a manipulações (e.g., “Não podes contar o que o pai te fez a ninguém, ou destróis a nossa família”) ou ameaças (e.g., “Se contares a alguém, vêm-te buscar e nunca mais vês a tua mãe”) do que a agressões físicas, sendo estas mais frequentes, por parte dos abusadores intra-familiares, apenas quando as vítimas são mais velhas (Fisher & MacDonalds, 1998, cit. por Sequeira, 2013). Dado tudo o referido, é também justificável que se espere que os intra-familiares tenham vitimizado menos crianças do que os extra-familiares.

De modo a compreender adequadamente a violência sexual intra-familiar, é necessária uma compreensão histórico-psicossocial do abusador e da família. Isto é, perceber-se como se dão as interações entre os elementos da família e como funciona a estrutura familiar (Romero, 2007). Seto et al. (2015) revelam que as hipóteses acerca dessas famílias têm verificado as seguintes tendências:

- Os pais/padrastos abusadores adotam, geralmente, um papel autoritário;
- As mães adotam um papel passivo, tendendo a ser emocional e/ou monetariamente dependentes dos cônjuges;
- A relação conjugal é caracterizada por frieza e pouca intimidade sexual e/ou descrita como conflituosa;
- Algumas filhas/enteadas acabam por desempenhar o papel de “esposa”, substituindo a sua mãe face ao seu pai/padrasto, não apenas a nível sexual, como no que diz respeito a tarefas domésticas (e.g., cuidar da casa e de outras crianças do casal).

Ainda seguindo este raciocínio, a literatura explana os casos de violência sexual intra-familiar entre pais/padrastos e filhas/enteadas como oportunistas/convenientes (Machado, 2013; Rice & Harris, 2002), uma vez que estes sujeitos não obtêm satisfação sexual juntos das

parceiras (i.e., a mãe da criança), e vão tentar procurar uma substituta que os preencha a esse nível. Visto que a filha/enteada é a figura mais próxima e apta, na sua visão, para assumir esse papel, esta é pressionada para se tornar numa “parceira substituta” (Rice & Harris, 2002). Esta explicação parece ser das que faz mais sentido, tendo em consideração que a maioria dos abusadores sexuais intra-familiares não costumam apresentar preferências sexuais desviantes (Seto et al., 2015). O estudo de Wakeling et al. (2007), cuja amostra é formada por pais e padrastos que abusaram sexualmente das filhas e enteadas, respetivamente, também apontou como fator de risco para perpetração de abuso sexual intra-familiar a insatisfação com a relação conjugal, tendo os participantes descrito como problemática a sua relação com o cônjuge (i.e., mãe da vítima). Nesse estudo, os abusadores revelaram sentimentos de solidão e falta de ligação emocional com o cônjuge durante a atividade sexual, o que os autores identificaram como percursos na decisão dos abusadores em vitimizar as suas filhas ou enteadas. No entanto, o que levará pais a abusarem sexualmente das próprias filhas, sexualmente imaturas, em vez de procurarem essa “substituta”, por exemplo, por meio de uma relação extraconjugal com outra mulher adulta? Rice e Harris (2002) alegam que é necessário explorar esta questão, sendo provável que outras características do abusador, tal como a inadequação social, estejam relacionadas.

Se fosse esperado corroborar o que indica a literatura, crenças relacionadas com a prática do crime de abuso sexual, reveladoras de distorções cognitivas, seriam pouco frequentes nos abusadores intra-familiares. Existem alguns estudos, como o de Wakeling et al. (2007), que encontraram distorções cognitivas na maioria de perpetradores que vitimizaram as filhas ou enteadas, tendo os mesmos alegado que a criança revelou interesse nos atos sexuais, e que agia de modo provocante. Não obstante, a maioria dos estudos indicam que o extra-familiar demonstra mais frequentemente estas distorções do que o intra-familiar, o que parece fazer sentido se for tido em conta o aspeto da conveniência/oportunidade que a literatura sugere estar associada ao cometimento da ofensa por parte do abusador intra-familiar. Isto é, ofendem por conveniência e não por acreditarem que a criança possui auto-determinação sexual para atribuir o seu consentimento, ou por julgarem estar a educá-la no campo da intimidade sexual.

A(s) experiência(s) de vitimização sexual na infância do abusador são consideradas como uma possível explicação para a prática de ofensas sexuais intra-familiares, daí esperar-se que estas predominassem no grupo dos intra-familiares comparativamente aos extra-familiares, tal como indica a literatura (Hanson & Slater, 1988, Jespersen, Lalumière & Seto, 2009; Salter et al., 2003; Seto et al., 2015; Smallbone & Wortley, 2001). Faller (1989) e Seto

et al. (2015) explicam que um sujeito que, em criança, tenha sido alvo de abuso sexual, pode repetir esse abuso na idade adulta, especialmente se tiverem sido abusados por um familiar (Jespersen, Lalumière & Seto, 2009), e outros autores são mais específicos ao alegar que essa probabilidade é ainda maior caso tenha tido como perpetrador um familiar do género feminino (Salter et al.2003).

Na mesma linha de pensamento, Jesus (2006) argumenta que indivíduos que foram sexualmente abusados em criança, repetem o padrão criminoso ao qual foram sujeitos por não terem percebido o seu sofrimento de forma consciente, não tendo conseguido lidar com o mesmo de modo adequado. Pfeiffer e Salvagni (2005, cit. por Nakatani, 2012) acrescentam que os sobreviventes de abuso sexual infantil podem repetir o ciclo de vitimização, ofendendo contra os próprios filhos. Está aqui em causa o mecanismo de defesa da identificação com o agressor, que os autores citados indicam tratar-se de um modo que o sujeito arranjou para conseguir “sobreviver” ao abuso sexual. Ou seja, o sujeito que foi sexualmente abusado quando criança passa a identificar-se com o seu abusador e, ao igualar-se a este, convertendo-se em abusador quando chega à idade adulta, transforma o abuso sexual do qual foi vítima numa “legacia” que deve, por sua vez, passar, à próxima geração de crianças. Deste modo, confere ao abuso sexual um cariz intergeracional, passado de geração em geração.

Colocando agora o foco no abusador extra-familiar, o facto de se esperar que este vitimize crianças que não lhe são completamente desconhecidas, tais como filhas/os de amigos ou vizinhos, corroboraria a literatura existente no âmbito, que revela ser menos comum que estes abusem de crianças que nunca viram e/ou com as quais nunca interagiram (Finkelhor, 2009; Bolen, 2002; Taveira et al., 2009), contrariando a visão estereotipada que existe do abusador sexual enquanto um “predador” que observa as crianças no recreio da escola (Sanghara & Wilson, 2006). No entanto, ainda que menos habitual, também existe o perigo de que a criança seja abusada por alguém que desconhece completamente (Crosson-Tower, 2005).

A expectativa de que os abusadores extra-familiares revelassem ter abusado uma só vez da vítima (em detrimento de terem ocorrido vários episódios abusivos) e de que o crime tenha acontecido fora do lar do agressor e vítima iria de acordo àquilo que se encontra na literatura (Smallbone & Wortley, 2001; Quadara et al., 2015; Seto et al., 2015). Possíveis explicações poderão ser o facto de não possuírem, ao contrário dos intra-familiares, fácil acesso e disponibilidade para cometer esses atos, dado não viverem no mesmo lar e serem mais facilmente alvos de suspeita caso passem demasiado tempo com a criança e a levem para o próprio lar.

Embora algumas investigações apontem para a tendência, por parte dos extra-familiares relativamente aos intra-familiares, a perpetrar atos sexualmente intrusivos nas vítimas, a maioria, como já discutido, refere o contrário. Ou seja, que os extra-familiares não tendem a perpetrar atos sexualmente intrusivos comparativamente aos intra-familiares. Tal poderá ser explicado recorrendo à seguinte argumentação: as crianças, ao serem abusadas por um sujeito fora do círculo familiar ou desconhecido terão mais facilidade em revelar o abuso a outros, de modo que estes abusadores podem evitar atos sexuais intrusivos como a penetração vaginal ou anal, de modo a não deixar vestígios do crime do qual serão acusados caso a criança seja submetida a exame médico-legal. Porém, uma chocante conclusão, obtida por Smallbone & Wortley (2001) mediante alegações de ofensores extra-familiares, foi o facto de alguns dos pais das crianças vitimizadas se encontrarem a par do abuso sexual.

O facto de ser esperado recorrerem com frequência à violência física, tal como constatado por Taveira et al. (2009), pode ser ligado à sua preferência por crianças mais velhas (Sequeira, 2013; Seto et al., 2015; Taveira et al., 2009) e de género masculino (Quadara et al., 2015; Sánchez-Meca, Rosa-Alcázar & López-Soler, 2011), que oferecem, de modo geral, mais resistência e mais “luta” do que uma criança mais nova e de género feminino. Como tal, para dominar a criança, este perpetrador utiliza-se da violência física mais frequentemente do que o intra-familiar. O intra-familiar possui ainda uma “vantagem” sobre o extra-familiar que lhe facilita a conduta abusiva no sentido em que os primeiros possuem, geralmente, o afeto e confiança das crianças, algo que o extra-familiar tem que conquistar, daí esperar-se que empreguem estratégias menos subtis do que os intra-familiares para ganhar a confiança da vítima (e.g., toques não-sexuais, atenção, passar tempo juntos, acatar todas as suas vontades) (Smallbone & Wortley, 2001) e para a levar a participar nas atividades sexuais.

As expectativas de que um maior número de extra-familiares tivessem reportado ter vitimizado mais do que uma criança, fossem mais novos do que os intra-familiares e não estivessem numa relação conjugal, à data dos factos, documentadas na literatura (Smallbone & Wortley, 2001; Seto et al., 2015), seriam congruentes com a tendência de que estes possuem, em relação aos intra-familiares, a terem uma preferência sexual predominante por crianças (i.e., pedofilia) (Looney, 2007; Seto et al., 2015). Mernard e Johnson (1992, cit. por Looney, 2007) descrevem que esta preferência se desenvolve na adolescência do sujeito, apresentando estes abusadores menos probabilidade de se encontrarem numa relação amorosa significativa convencional devido a essa preferência sexual desviante.

Seria esperado encontrar mais crenças relacionadas com a prática de abusos sexuais, indicadoras de distorções cognitivas, no grupo dos extra-familiares, corroborando o que indica a literatura (Hayshino, Wurtele & Klebe, 1995; Milner, 1998; Moura & Koller, 2008; Seto et al., 2015): que as distorções cognitivas assumem um papel mais importante na perpetração do abusador extra-familiar do que na do intra-familiar. Isto sugere, portanto, que os extra-familiares têm mais necessidade de minimizar, justificar ou racionalizar os seus atos desviantes (Hayshino, Wurtele & Klebe, 1995). Estes percecionam a informação de modo desadaptado e de acordo com as crenças que têm, o que facilita a agressão sexual contra a criança (Pereira, 2007). Tal parece ir ao encontro da tendência destes abusadores para possuírem uma preferência sexual por crianças; isto é, uma vez que possuem essa preferência, percecionam a informação erradamente de acordo com as suas crenças (e.g., interpretando, por exemplo, um sorriso ou toque inocente de uma criança, como um ato de provocação ou sedução).

Em suma, esperar-se-ia constatar as já referidas diferenças entre ambos os grupos de abusadores sexuais infantis, contando-se que os intra-familiares reportassem mais experiências de abuso sexual infantil do que os extra-familiares e que, por sua vez, estes últimos demonstrassem mais distorções cognitivas do que os intra-familiares. Ressalta-se portanto que, tendencialmente, o motivo pelo qual o abusador intra-familiar ofende está associado a dinâmicas familiares disfuncionais, tanto na sua família enquanto adulto (e.g., a filha como “parceira substituta”) como naquela com a qual cresceu (e.g., alvo de abuso sexual infantil), podendo este abusar por questões de conveniência e/ou devido à questão da transmissão intergeracional do abuso sexual. No que diz respeito ao extra-familiar, normalmente a sua conduta abusiva associa-se ao facto de ter preferência sexual por crianças pré-púberes (i.e., pedofilia), o que poderá explicar, também, porque esses apresentam mais tendência a possuir distorções cognitivas, facilitadoras da ofensa, do que o outro grupo.

7. Conclusão e Limitações

Em jeito de conclusão, o presente projeto, baseando-se na revisão da literatura acerca da problemática do abuso sexual infantil, visou destacar o abusador, dado a maioria dos estudos dar prioridade às vítimas. Como estes abusadores não se tratam de um grupo homogéneo, foi proposta uma comparação de intra-familiares com extra-familiares, de modo a entender-se se as diferenças, encontradas noutros estudos, seriam replicadas. Especificamente, julgou-se relevante comparar-se a existência de experiências sexuais na

infância e distorções cognitivas nos dois sub-tipos de abusador sexual infantil, uma vez que tais características têm sido documentadas na literatura como estando associadas ao cometimento das ofensas sexuais infantis. Para tal, propôs-se recorrer a uma metodologia de natureza qualitativa, utilizando a entrevista semi-estruturada como recolha de dados devido essencialmente à sua flexibilidade.

Porém, é fundamental ressaltar algumas limitações inerentes a este projeto. A proposta de um método qualitativo implica, geralmente, uma amostra de menor dimensão e inferior a estudos de natureza quantitativa. O facto de o presente projeto contar apenas com cerca de 30 participantes (i.e., 15 abusadores sexuais infantis intra-familiares e 15 abusadores sexuais infantis extra-familiares) arriscará condicionar os resultados obtidos, que poderão ir contra aquilo que documenta a literatura. Caso fosse utilizada uma metodologia quantitativa, com uma amostra significativamente superior, prevê-se que esses resultados fossem mais facilmente corroborados. Porém, julgou-se que uma metodologia dessa natureza, por não ser de cariz tão individualizado e flexível, não capturaria tão aprofundadamente as interações existentes entre a conduta criminosa dos abusadores sexuais, o contexto em que ocorreram e a interpretação dos factos. Achou-se que entrevistas semi-estruturadas com os abusadores proporcionariam uma visão mais individualizada e profunda do que, por exemplo, a utilização de questionários. Neste sentido, uma sugestão para estudos futuros seria a comparação desses dois grupos de abusadores sexuais infantis através do recurso a uma metodologia mista, combinando-se métodos quantitativos com qualitativos (e.g., questionários e entrevista semi-estruturada). Outra limitação inerente a esta técnica de recolha de dados relaciona-se com a desejabilidade social e mentira, uma vez que se baseia no auto-relato dos participantes e que alguns poderão não ser totalmente honestos nas suas respostas.

Não obstante as limitações referidas, este projeto visa proporcionar uma compreensão acerca dos abusadores sexuais infantis intra e extra-familiares, contribuindo, embora modestamente, para a literatura nacional. Seria esperado que os resultados desta investigação evidenciassem as diferenças entre ambos, o que poderá contribuir para um tipo de intervenção individualizada junto dos mesmos. Segundo Smallbone e Wortley (2001), é difícil decidir a qual destes dois tipos de abusador se deverá dar prioridade em termos de investigação, prevenção e intervenção – se, por um lado, os extra-familiares vitimizam mais crianças, os intra-familiares causam danos mais graves, uma vez que, regra geral, abusam repetidamente de uma ou duas crianças, as quais, tendo em conta o contexto do abuso, se encontram roubadas da segurança familiar a que têm direito.

8. Referências

- Abel, G.G., Becker, J.V., Murphy, W.D., & Flanagan, B. (1981). Identifying dangerous child molesters. In J.R. Stuart (Ed.). *Violent behavior: Social learning approaches to prediction, management and treatment*. (pp. 116-137). New York: Brunner/Mazel.
- Ajdukovic, M., Susac, N., & Rajter, M. (2013). Gender and age differences in prevalence and incidence of child sexual abuse in Croatia. *Croat. Med. J.*, 54,469-79.
doi: 10.3325/cmj.2013.54.469
- American Psychiatric Association (2000). *Diagnostic and statistical manual of mental disorders – DSM-IV-TR*. (4th ed. revised). Washington, DC: APA.
- Antunes, C. M. V. (2011). *Abuso sexual na infância e adolescência: Uma leitura narrativa do impacto e dos processos conducentes à resiliência*. (Dissertação de Doutorado, Universidade do Minho).
- Balbinotti, C. (2008). *A violência sexual infantil intrafamiliar: A revitimização da criança e do adolescente vítimas de abuso*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil).
- Baptista, R. S., França, I. S. X., Costa, C. M. P., & Brito, V. R. S. (2008). Characterization of sexual abuse in children and adolescents notified in a Sentinel Program. *Acta Paul Enferm*, 21(4), 602-8.
- Barth, J., Bermetz, L., Heim, E., Trelle, S. & Tonia, T. (2013). The current prevalence of child sexual abuse worldwide: A systematic review and meta-analysis. *International Journal of Public Health*, 58(3), 469-83. doi:10.1007/s00038-012-0426-1
- Bhugra, D. I., Popelyuk, D., & McMullen, I. (2010). Paraphilias Across Cultures: Contexts and Controversies. *Journal Of Sex Research*, 47(2/3), 242-56.
- Blake, E., & Gannon, T. A. (2008). Social perception deficits, cognitive distortions, and empathy deficits in sex offenders. *Trauma, Abuse, & Neglect*, 9, 34-55.
doi:10.1177/1524838007311104
- Bolen, R. M. (2002). Extrafamilial abuse. In *Child sexual abuse: Its scope and our failure* (pp. 91-112). Consultado através de: <https://books.google.pt>
- Brown, J., Cohen, P., Johnson, J., & Salzinger, S. (1998). A longitudinal analysis of risk factors for child maltreatment: Findings of a 17-year prospective study of officially recorded and self-reported child abuse and neglect. *Child Abuse & Neglect*, 22(11), 1065–78. doi: 10.1016/S0145-2134(98)00087-8

- Camilleri, J. A., Quinsey, V. L. (2008). Pedophilia: Assessment and treatment. In D. R. Laws & W.T. O'Donohue (Eds.), *Sexual deviance: Theory, assessment and treatment* (pp.183-212). New York: Guilford.
- Carey, P. D., Walker, J. L., Rossouw, W., Seedat, S., & Stein, D. J. (2008). Risk indicators and psychopathology in traumatised children and adolescents with a history of sexual abuse. *European Child & Adolescent Psychiatry, 17*(2), 93-8.
doi: 10.1007/s00787-007-0641-0
- Carlstedt, A. (2012). *Child sexual abuse: Crimes, victims, offender characteristics, and recidivism*.(Dissertação de Doutoramento, University of Gothenburg, Suécia).
- Chen, J. Q., Dunne, M. P., & Han, P. (2006). Child sexual abuse in Henan Province, China: Associations with sadness, suicidality, and risk behaviours among adolescent girls. *Journal of Adolescent Health, 38*, 544-49.
- Collin-Vézina, D., Daigneault, I., & Hébert, M. (2013). Lessons learned from child sexual abuse research: prevalence, outcomes, and preventive strategies. *Child & Adolescent Psychiatry & Mental Health, 7*(1), 1-9. doi:10.1186/1753-2000-7-22
- Códigos Penal e Processo Penal (2013). 5ª Edição. Porto Editora.
- Costa, C.F.P. (2011). *Abuso sexual cometido por mulheres: Um estudo de caso*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Fernando Pessoa, Porto).
- Cristóvão, A. F. C. (2013). *O abuso sexual de crianças intrafamiliar e as comissões de protecção de crianças e jovens em perigo*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Católica, Lisboa).
- Crosson-Tower, C. (2005). Extrafamilial sexual abuse, misuse, and exploitation. In *Understanding child abuse and neglect* (pp. 180-211).
- DGPJ - Direcção Geral de Políticas da Justiça (2014). *Estatísticas da Justiça*. Consultado através de: <http://www.dgpj.mj.pt>
- Diamanduros, T., Cosentino, C.E., Tysinger, P.D. & Tysinger, J.A.(2012). Male and female survivors of sexual abuse - Theoretical perspectives of male sexual abuse: Conceptualization of a case study. *Journal of Child Sexual Abuse, 21*, 131-54. doi: 10.1080/10538712.2012.659804.
- Duarte, R. (2004). Entrevistas em pesquisas qualitativas. *Educar, 24*, 213-25.
- Ehrensaft, M. K., Knous-Westfall, H. M., Cohen, P., & Chen, H. (2015). How does child abuse history influence parenting of the next generation? *Psychology of Violence, 5*, 16-25. doi:10.1037/a0036080

- Faller, K. C. (1989). Why sexual abuse? An exploration of the intergenerational hypothesis. *Child Abuse & Neglect, 13*, 543-48.
- Fávero, M. (2003). *Sexualidade infantil e abusos sexuais a menores*. Coimbra: Climepsi.
- Figueiredo, B., Paiva, C., Matos, R., Maia, A., & Fernandes, E. (2001). História de abuso durante a infância. *Análise Psicológica, 3*(19), 365-87.
- Finkelhor, D., Ormrod, R., Turner, H. A. (2006). The effect of lifetime victimization on the mental health of children and adolescents. *Social Science & Medicine, 62*, 13-27. doi:10.1016/j.socscimed.2005.05.030
- Finkelhor, D. (2009). The prevention of childhood sexual abuse. *The Future of Children, 19*(2), 169-94.
- Fleming, J. Mullen, P. E., Sibtorphe, B., & Bammer, G. (1999). The long-term impact of childhood sexual abuse in Australian women. *Child Abuse & Neglect, 23*(2), 145-59.
- Flitter, J. M. K., Elhai, J. D., & Gold, S. N. (2003). MMPI-2 F scale elevations in adult victims of child sexual abuse. *Journal Of Traumatic Stress, 16*(3), 269-74.
- Florentino, B. R. B. (2015). As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes. *Fractal: Revista de Psicologia, 27*(2), 139-44.
- Furlan, F., Tank, J. A., Schnell, L. C., & Cyrino, L. A. R. (2011). Violência sexual infantil: A dialética abusador/abusado e o sistema de enfrentamento. *Vivências: Revista Eletrônica de Extensão da URI, 7*(13), 198-208.
- Gannon, T. S., Wright, D. B., Beech, A. R., & Williams, S. (2006). Do child molesters hold distorted beliefs? What does their memory recall tell us? *Journal Of Sexual Aggression, 12*(1), 5-18. doi: 10.1080/13552600500451655
- García-Jaime, R. (2013). Psique: Abuso sexual en la niñez. *Boletín Científico Sapiens Research, 3*(2), 13-17.
- Gilbert, R., Widom, C. S., Browne, K., Fergusson, D., Webb, E., & Janson, S. (2009). Burden and consequences of child maltreatment in high-income countries. *Lancet, 373*, 61-8. doi:10.1016/S0140-6736(08)61706-7
- Glasser, M., Kolvir, I., Campbell, D., Glasser, A., Leitch, I., & Farrelly, S. (2001). Cycle of child sexual abuse: links between being a victim and becoming a perpetrator. *The British Journal of Psychiatry, 179*(6), 482-94. doi:10.1192/bjp.179.6.482
- Goldman, J. G., & Padayachi, U. K. (2000). Some methodological problems in estimating incidence and prevalence in child sexual abuse research. *Journal Of Sex Research, 37*(4), 305-14. doi:10.1080/00224490009552052

- González, E. M. J. & Castillo, R.F.P. (2010). Evaluación del riesgo y reincidencia en agresores sexuales sentenciados: implicaciones para las víctimas, *Revista Diversitas – Perspectivas en Psicología*, 6(2), 309-19.
- Gwandure, C. (2007). Sexual assault in childhood: Risk HIV and AIDS behaviours in adulthood. *AIDS Care*, 19(10), 1313-15.
- Gwirayi, P. (2013). The prevalence of child sexual abuse among secondary school pupils in Gweru, Zimbabwe. *Journal Of Sexual Aggression*, 19(3), 253-63.
doi:10.1080/13552600.2012.723755
- Habigzang, L. F., Koller, S. H., Azevedo, G. A., & Machado, P. X. (2005). Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: Aspectos observados em processos jurídicos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 21(3), 341-48.
- Han, I. Y., Lee, Y., Yoo, S. K., & Hong, J. S. (2011). Prevalence of and risk factors for male sexual abuse: The case of South Korea. *Journal Of Loss And Trauma*, 16(1), 84-101. doi:10.1080/15325024.2010.519290
- Hanson, R. K., & Slater, S. (1988). Sexual victimization in the history of child sexual abusers: A review. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment* 1, 485-99.
doi:10.1177/107906328800100402
- Hanson, R. K. & Bussière, M. T. (1998). Predicting relapse: A meta-analysis of sexual offender recidivism studies. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 6(2), 348-62.
- Hanson, R. K. (2003). Sex offender risk assessment. In C.R. Hollin (Ed.), *The essential handbook of offender assessment and treatment* (pp. 31-43). New York: John Wiley & Sons.
- Hasnain, N., & Kumar, D. (2006). Psychological well-being of women reporting sexual abuse in childhood. *Journal of the Indian Academy of Applied Psychology*, 32(1), 16-20.
- Hayashino, D. S., Wurtele, S. K., & Klebe, K. J. (1995). Child molesters: An examination of cognitive factors. *Journal of Interpersonal Violence*, 10(1), 106-16.
- Hébert, M., Tourigny, M., Cyr, M., McDuff, P., & Joly, J. (2009). Prevalence of childhood sexual abuse and timing of disclosure in a representative sample of adults from Quebec. *Canadian Journal of Psychiatry*, 54(9), 631-6.
- Itzin, C. (2001). Incest, paedophilia, pornography and prostitution: Making familial males more visible as the abusers. *Child Abuse Review*, 10, 35-48.
- Jespersen, A. F., Lalumière, M. L., & Seto, M. C. (2009). Sexual abuse history among

- adult sex offenders and non-sex offenders: A meta-analysis. *Child Abuse & Neglect*, 33, 179-92. doi:10.1016/j.chiabu.2008.07.004
- Jesus, N. A. S. (2006). O círculo vicioso da violência sexual: Do ofendido ao ofensor. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 26(4), 672-83.
- Jorge, A. N. S. (2010). *Estudo dos mitos e crenças que os professores possuem acerca do abuso sexual infantil*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Fernando Pessoa, Porto).
- Kendall-Tackett, K. A., Williams L., & Finkelhor, D. (1993). Impact of sexual abuse on children: A review and synthesis of recent empirical studies. *Psychological Bulletin*, 113(1), 164–80.
- Lã-Branca, N. S. C. (2012). *Caracterização psicopatológica de agressores sexuais: Violadores e agressores sexuais de crianças*. (Dissertação de Mestrado, ISPA, Lisboa).
- Libório, R. M. C., & Castro, B. M. (2010). Abuso, exploração sexual e pedofilia: as intrincadas relações entre os conceitos e o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. In M. A. Ungaretti & E. R. Melo (Eds.), *Criança e adolescente: Direitos, sexualidades e reprodução* (1ª ed., pp. 19-41). Brasil, São Paulo: ABMP.
- Looney, T. F. (2007). *MMPI-2 profile comparison of intrafamilial and extrafamilial sexual offenders against children*. (Dissertação de Mestrado, Pacific University, E.U.A.).
- Machado, T. F. A. (2013). *Criança vítima de pedofilia: fatores de risco e dano sofridos*. (Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, Brasil).
- Madu, S.N., & Peltzer, K. (2001). Prevalence and patterns of child sexual abuse and victim-perpetrator relationship among secondary school students in the Northern Province (South Africa), *Archives of Sexual Behavior*, 30(3), 311-21.
- Maria, S. G. S. (2012). *Abusos sexuais de crianças: Mudanças resultantes de uma intervenção preventiva*. (Dissertação de Doutorado, ISPA, Lisboa).
- Marshall, W. A., Marshall, L. E., & Kingston, D. A. (2011). Are the cognitive distortions of child molesters in need of treatment? *Journal Of Sexual Aggression*, 17(2), 118- 29. doi: 10.1080/13552600.2011.580572
- Martins, C. B. G., & Jorge, M. H. P. M. (2010). Abuso sexual na infância e adolescência: Perfil das vítimas e agressores em Município do Sul do Brasil. *Texto Contexto Enferm, Florianópolis*, 19(2), 246-55.

- McManus, M. A., Hargreaves, P., Rainbow, L., & Alison, L. J. (2013). Paraphilias: definition, diagnosis and treatment. *F1000Prime Reports*, 5(36), 1-6.
- McNulty, E. A. (2012). Transcription and analysis of qualitative data in a study of women who sexually offend against children. *The Qualitative Report*, 17(94), 1-18.
- Milner, J. S. (1998). Individual and family characteristics associated with intrafamilial child physical and sexual abuse. In P. K. Trickett, C. J. Schellenbach, P. K. Trickett, C. J. Schellenbach (Eds.), *Violence against children in the family and the community* (pp. 141-170). Washington, DC, US: American Psychological Association. doi:10.1037/10292-005
- Morrill, M. (2014). Sibling sexual abuse: An exploratory study of long-term consequences for self-esteem and counseling considerations. *Journal of Family Violence*, 29(2), 205-13. doi:10.1007/s10896-013-9571-4
- Motz, A. (2001). Female sexual abuse of children. In A. Motz (Eds.), *The psychology of female violence: Crimes against the body* (pp. 15-58). USA and Canada: Taylor & Francis Inc.
- Moura, A. S., Koller, H. S. (2008). A criança na visão de homens acusados de abuso sexual: um estudo sobre distorções cognitivas. *Psico USF*, 13(1), 85-94.
- Nakatani, F. M. (2012). *Abuso sexual intrafamiliar contra a criança: Entre o Direito e a Psicologia*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná, Brasil).
- National Child Traumatic Stress Network (2009). *Coping with the shock of intrafamilial sexual abuse: Information for parents and caregivers*.
- Nguyen, H. T., Dunne, M. P., & Le, A. V. (2009). Multiple types of child maltreatment and adolescent mental health in Viet Nam. *Bulletin of The World Health Organization*, 88(1), 22-30. doi:10.2471/BLT.08.060061
- Ó Ciardha, C., & Gannon, T. A. (2011). The cognitive distortions of child molesters are in need of treatment. *Journal Of Sexual Aggression*, 17(2), 130-41. doi:10.1080/13552600.2011.580573
- Oliveira, C. L. (2008). Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: tipos, técnicas e características. *Revista Travessias*, 2(3), 1-16.
- Olley, O. (2008). Child sexual abuse as a risk factor for sexual risk behaviours among socially disadvantaged adolescents in Ibadan, Nigeria. *Vulnerable Children and Youth studies*, 3(3), 243-48.

- Oshri, A., Tubman, J.G., Burnette, M.L. (2012). Childhood maltreatment histories, alcohol and other drug use symptoms, and sexual risk behavior in a treatment sample of adolescents. *American Journal of Public Health, 102*(2), 250-57.
doi: 10.2105/AJPH.2011.300628
- Paulino, I. H. P. C. (2003). *Pletismografia peniana ou falometria: Valor científico-jurídico e a sua aplicabilidade em Portugal*. (Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto).
- Pechorro, P. S., Poiares, C. & Vieira, R. X. (2008). Caracterização psicológica de uma amostra forense de abusadores sexuais. *Análise Psicológica, 26*(4), 615-23.
- Pereda, N., Guilera, G., Forns, M., & Gomez-Benito, J. (2009). The prevalence of child sexual abuse in community and student samples: A meta-analysis. *Clinical Psychology Review, 29*, 328-38. doi:10.1016/j.cpr.2009.02.007.
- Pereira, J. A. T. C. (2007). *Distorções cognitivas e agressão sexual: Estudo exploratório com agressores intra e extra-familiares*. (Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto).
- Pereira, S. V. C (2014). *Abuso sexual: Trajetórias de vida*. (Dissertação de Mestrado, Instituto Universitário da Maia).
- Pérez-Fuentes, G., Olfson, M., Villegas, L., Morcillo, C., Wang, S., & Blanco, C. (2013). Prevalence and correlates of child sexual abuse: A national study. *Comprehensive Psychology, 54*. 16-27.
- Pineda-Lucatero, A. C., Trujillo-Hernández, B., Millán-Guerrero, R. O., & Vásquez, C. (2009). Prevalence of childhood sexual abuse among Mexican adolescents. *Child: Care, Health & Development, 35*(2), 184-89.
- Quadara, A., Nagy, V., Higgins, D., & Siegel, N. (2015). *Conceptualizing the prevention of child sexual abuse: Final report* (Research report number 33). Melbourne: Australian Institute of Family Studies.
- Quinsey, V. L. (1986). Men who have sex with children. In D. N. Weisstub (Ed.), *Law and mental health: International perspectives* (pp. 140-172). New York: Pergamon Press.
- Rebocho, M. F., & Gonçalves, R. A. (2011). Comportamento predatório e modus operandi de violadores e abusadores sexuais de menores. *Investigação Criminal, 2*, 10-29.
- Rice, M. E., & Harris, G. T. (2002). Men who molest their sexually immature daughter: Is a special explanation required? *Journal of Abnormal Psychology, 111*(2), 329-39. doi: 10.1037//0021-843X.111.2.329
- Romero, K. R. P. S. (2007). *Crianças vítimas de abuso sexual: Aspectos psicológicos da dinâmica familiar*. Curitiba, Brasil: Ministério Público do Estado do Paraná.

- Salter, D., McMillan, D., Richards, M., Talbot, T., Hodges, J., Bentovim, A., Hastings, R., Stevenson, J., & Skuse, D. (2003). Development of sexually abusive behaviour in sexually victimized males: a longitudinal study. *The Lancet*, *361*, 471-76.
- Sánchez-Meca, J., Rosa-Alcázar, A.I., & López-Soler, C. (2011). The psychological treatment of sexual abuse in children and adolescents: A meta-analysis. *International Journal of Clinical and Health Psychology*, *11*(1), 67-93.
- Sanghara, K. K., & Wilson, C. (2006). Stereotypes and attitudes about child sexual abusers: A comparison of experienced and inexperienced professionals in sex offender treatment. *Legal and Criminal Psychology*, *11*, 229-44. doi:10.1348/135532505X68818
- Sar, V., Akyuz, G., Kugu, M., Ozturk, E., & Ertem-Vehid, H. (2006). Axis I Dissociative Disorder Comorbidity in Borderline Personality Disorder and reports of childhood trauma. *Journal of Clinical Psychiatry*, *67*, 1583-90.
- Sequeira, M. J. R. (2013). *Abuso sexual infantil – O processo de revelação do abuso sexual: Reacções paternas*. (Dissertação de Mestrado, ISPA, Lisboa).
- Serafim, A. P., Saffi, F., Rigonatti, S. P., Casoy, I. & Barros, D. M. (2009). Perfil psicológico e comportamental de agressores sexuais de crianças. *Archives of Clinical Psychiatry (São Paulo)*, *36*(3), 101-11.
- Seto, M. C. (2008). Introduction: Defining pedophilia. In , *Pedophilia and sexual offending against children: Theory, assessment, and intervention* (pp. 3-22). Washington, DC, US: American Psychological Association. doi:10.1037/11639-001
- Seto, M. C., & Lalumière, M. L. (2010). What is so special about male adolescent sexual offending? A review and test of explanations through meta-analysis. *Psychological Bulletin*, *136*(4), 525-75. doi: 10.1037/a0019700
- Seto, M. C., Babchishin, K. M., Pullman, L. E., & McPhail, I. V. (2015). The puzzle of intrafamilial child sexual abuse: A meta-analysis comparing intrafamilial and extrafamilial offenders with child victims. *Clinical Psychology Review*, *39*, 42-57.
- Sigurdardottir, S., Halldorsdottir, S., & Bender, S. S. (2012). Deep and almost unbearable suffering: consequences of childhood sexual abuse for men's health and well-being. *Scandinavian Journal Of Caring Sciences*, *26*(4), 688-97. doi:10.1111/j.1471-6712.2012.00981.x
- Sigurdardottir, S., & Halldorsdottir, S. (2013). Repressed and silent suffering: consequences of childhood sexual abuse for women's health and well-being. *Scandinavian Journal Of Caring Sciences*, *27*(2), 422-32.

- Silva, J. P. (1993). A propósito do exame psicológico no âmbito Penal. *Análise Psicológica*, 1(11), 29-36.
- Silva, C. C. P., Pinto, D. D. M., & Milani, R. G. (2013). *Pedofilia, quem a comete? Um estudo bibliográfico do perfil do agressor*. Paraná, Brasil: CESUMAR.
- Simons, D. A., Wurtele, S. K., & Durham, R. L. (2008). Developmental experiences of child sexual abusers and rapists. *Child Abuse & Neglect*, 32, 549-60.
doi:10.1016/j.chiabu.2007.03.027
- Simons, D. A., Tyler, C. (2010). *The self-regulation and good lives models: Analysis of primary goods and offender type*. Symposium presented at the 29th Annual Conference of the Association for the Treatment of Sexual Abusers, Phoenix, AZ.
- Smallbone, S. W. & Wortley, R. K. (2001). *Child sexual abuse: Offender characteristics and modus operandi*, No. 193. Canberra: Australian Institute of Criminology Trends and Issues in Crime and Criminal Justice.
- Smallbone, S. W., & Wortley, R. K. (2004). Onset, persistence, and versatility of offending among adult males convicted of sexual offenses against children. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 6(4), 285-98.
- Stanford University (2011). *Using NVIVO for qualitative data analysis*.
- Stathopoulos, M. (2012). *Sibling sexual abuse (ACSSA Research Summary)*. Melbourne: Australian Institute of Family Studies.
- Stoltenborgh, M., Van I Jzendoorn, M. H., Euser, E. M., & Bakermans-Kranenburg, M. J. (2011). A global perspective on child sexual abuse: Meta-analysis of prevalence around the world. *Child Maltreatment*, 16(2), 79-101. doi:10.1177/1077559511403920
- Stroebel, S. S., O'Keefe, S. L., Beard, K. W., Kuo, S. Y., Swindell, S. V., & Kommor, M. J. (2012). Father-daughter incest: Data from an anonymous computerized survey. *Journal of Child Sexual Abuse*, 21(2), 179-99.
- Sullivan, J., Beech, A. R., Craig, L. A., & Gannon, T. A. (2011). Comparing intra-familial and extra-familial child sexual abusers with professionals who have sexually abused children with whom they work. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 55(1), 56-74. doi: 10.1177/0306624X09359194
- Taveira, F., Frazão, S., Dias, R., Matos, E., & Magalhães, T. (2009). O abuso sexual intra e extra-familiar. *Acta Médica Portuguesa*, 22(6), 759-66.
- Thomas, S. P., Philips, K., Clarson, K., Shieh, E., Kirkwood, E., Cabage, L. & Worley, J. (2013). Childhood experiences of perpetrators of child sexual abuse. *Perspectives in Psychiatric Care*, 49, 187-201. doi: 10.1111/j.1744-6163.2012.00349.x

- Tidefors, I., Arvidsson, H., Ingevaldson, S., & Larsson, M. (2010) Sibling incest: A literature review and a clinical study. *Journal of Sexual Aggression, 16*(3), 347-60. doi: 10.1080/13552600903511667
- Valencia, O. L., Labrador, M. A. , & Peña, M. R. (2010). Características demográficas y psicosociales de los agresores sexuales. *Diversitas: Perspectivas en Psicología, 6*(2), 297-308.
- Vasconcelos, A., Cardoso, B. M., Barros, M., Almeida, H. (2011). Abordagem da criança vítima de maus tratos na Urgência Pediátrica - 5 anos de experiência do Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca. *Acta Pediátrica Portuguesa, 42*(1), 8-11.
- Vieira, S. M. A. (2010). *Ofensores sexuais: Das crenças ao estilo de pensamento*. (Dissertação de Doutoramento, Universidade do Minho).
- Wakeling, H. C., Webster, S., Moulden, H. M., & Marshall, W. L. (2007). Decisions to offend in men who sexually abuse their daughters. *Journal Of Sexual Aggression, 13*(2), 81-99. doi:10.1080/13552600701521330
- Widom, C. S., & Morris, S. (1997). Accuracy of adult recollections of childhood victimization, Part 2: Childhood sexual abuse. *Psychological Assessment, 9*(1), 34-46. doi:10.1037/1040-3590.9.1.34
- Wood, R. M., Grossman, L. S., & Fichtner, C. G. (2000). Psychological assessment, treatment, and outcome with sex offenders. *Behavioral Sciences and the Law, 18*, 23–41.

9. Anexos

Anexo I – Tópicos principais do guião semi-estruturado a ser utilizado na entrevista, baseado no guião de McNulty (2012)

- Questões gerais relativas ao abuso sexual de crianças pela qual estão a cumprir pena – pretende-se aqui questionar o participante acerca do crime cometido e do seu contexto:
 - Pode-me falar um pouco acerca do crime pelo qual se encontra condenado?
 - Quem era a vítima (e.g., relação, género e idade desta)?
 - Porque é que escolheu essa criança? (e.g., se foi por conveniência, por preferência, etc)
 - Quanto tempo durou esse abuso (e.g., se foi um ato que cometeu uma única vez, ou se foi repetido)?
 - Onde decorreu?
 - Que tipo de atos cometeu?
 - Utilizou um tipo de violência psicológica ou emocional com a vítima? Pode-me descrever o que lhe dizia/fazia?
 - E quanto ao uso de violência física?
- Relações de poder e táticas coercivas utilizadas para cometer o crime – visa-se explorar as relações de poder entre o abusador e a vítima, assim como as táticas empregues pelos abusadores no contexto do abuso
 - Como obteve acesso à vítima para cometer esse(s) ato(s)?
 - Como conseguiu manter o abuso em segredo?
 - De que maneira coagiu a vítima para praticar o(s) ato(s)?
 - Ela resistiu a essa coação? Como? De que modo ultrapassou essa resistência?
 - Havia alguma coisa que a criança pudesse ter feito para evitar o abuso? O quê?
- Crenças relacionadas com a prática de abusos sexuais – pretende-se compreender as crenças e atitudes relacionadas com o abuso sexual infantil, nomeadamente se o sujeito apresenta uma visão distorcida em relação a estes:
 - Qual a sua opinião sobre as crianças darem o seu consentimento no que diz respeito a atos/relações sexuais? Acha que é possível ou não?
 - O abuso sexual tem algum tipo de consequência na criança? De que maneira?
 - O que acha que a criança da qual abusou sentiu durante o abuso? E depois?

- Alguma vez achou que o que estava a fazer era inapropriado? Se sim, o que o levou a continuar? (caso tenha respondido negativamente: pedir ao sujeito se não se importa de explicar o motivo pelo qual pensa dessa maneira).
- Questões relativas a outros abusos sexuais infantis, anteriores ao atual – visa-se compreender como começou a ofender sexualmente de crianças:
 - Antes da criança em questão, já tinha abusado sexualmente de outras crianças?
 - Com que idade começou a fazê-lo?
 - De quantas crianças abusou sexualmente e qual a sua relação com elas?
 - De que modo esse(s) abuso(s) anterior(es) são parecidos ou diferentes daquele pelo qual está condenado?
- Experiências de abuso sexual na infância – exploração da infância do sujeito abusador, com particular incidência sobre experiências sexualmente abusivas
 - Como descreve o ambiente familiar durante a sua infância?
 - Nessa altura (infância) alguma vez foi vítima de abuso sexual ou de outros tipos de abuso? (Caso responda negativamente, parar a entrevista por aqui; caso responda afirmativamente, continuar)
 - Poderia falar-me um pouco acerca dessa(s) experiência(s)? (e.g., que idade tinha na altura; género e relação do abusador(es) consigo; que tipos de atos abusivos; quanto tempo durou o abuso; se existiu violência física, psicológica e emocional; o que sentia quando era abusado)